



**TÂNIA MARGARIDA  
NEVES FARIA**

**PESC: O Posicionamento dos actuais e ex  
eurodeputados Portugueses**



**TÂNIA MARGARIDA  
NEVES FARIA**

**PESC: O Posicionamento dos actuais e ex  
eurodeputados Portugueses**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política realizada sob a orientação científica do Doutor. André Azevedo Alves Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa e Lic. João Condinho Vargas doutorando de Ciência Política na Universidade de Aveiro

## **O júri**

Presidente

Professor Doutor Varqa Carlos Jalali  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Arguente

Professora Doutora Elisabete dos Santos Alves Azevedo Harman  
Professora Auxiliar no Instituto de Estudos Políticos na Universidade Católica Portuguesa

Orientador

Professor Doutor André Azevedo Alves  
Professor Auxiliar Convidado na Universidade Católica Portuguesa

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador Professor Doutor André Azevedo Alves por toda ajuda, paciência, motivação e disponibilidade ao longo deste percurso. A sua postura foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu co-orientador dr. João Vargas, pela disponibilidade e ajuda concedidas na realização da dissertação.

Um agradecimento ao Professor Doutor Varqa Carlos Jalali, pela forma como me ensinou a gostar tanto de Ciência Política e que levou a escolher este mestrado.

Gostaria de agradecer ao BE, PCP, PS e CDS-PP em especial aos ex e atuais eurodeputados pela disponibilidade em me concederem as entrevistas e ao PSD pela documentação impressa que me foi enviada.

Aos meus pais e irmãos que estiveram sempre comigo ao longo de toda a minha vida. Obrigada pela paciência, motivação e por acreditarem sempre em mim. Sem eles eu não chegaria onde cheguei.

Ao meu namorado Sérgio Pereira, por me ter incentivado a continuar a estudar, por desde o início acreditar que eu conseguia chegar mais longe, pela paciência e dedicação que sempre demonstrou.

Ao meu cunhado, por ter acreditado sempre em mim.

Aos meus colegas e amigos que estiveram sempre do meu lado.

Todas estas pessoas merecem o meu maior obrigado, pois o sucesso deste trabalho resultou da dedicação de todas elas.

**Palavras-chave**

Atuais Eurodeputados, Ex Eurodeputados, Integração Europeia, Multilateralismo, PESC, Realismo

**Resumo**

A Política Externa de Segurança Comum (PESC) foi considerada o segundo pilar fundamental da União Europeia, pelo Tratado de Maastricht em 1992. Ao longo dos anos foi-se registando desenvolvimentos, quer pela assinatura de novos tratados, quer pelo aparecimento de novos perigos e ameaças.

No presente trabalho é elaborado o percurso histórico que a integração europeia sofreu desde o fim da Segunda Guerra Mundial até à assinatura do último tratado em Lisboa no ano de 2007: o Tratado de Lisboa.

Portugal teve as suas primeiras eleições para o Parlamento Europeu (PE) em 1987. Em 2009, ano da última eleição para o PE, Portugal elegeu 22 eurodeputados, distribuídos por 5 partidos nacionais.

Para se poder enquadrar o posicionamento dos ex e atuais eurodeputados portugueses, recorreu-se aos pressupostos teóricos de duas teorias das relações internacionais: o Realismo e Multilateralismo.

Após a análise das entrevistas efetuadas e confrontando-as com as características das duas teorias, conclui-se que os ex e atuais eurodeputados do BE e do PCP estão mais próximos do Realismo e os ex e atuais eurodeputados do PS, PSD e CDS-PP partilham mais os pressupostos do Multilateralismo.

**keywords**

CFSP, Current MEP's, European Integration, Former MEP's, Multilateralism , Realism ,

**abstract**

The Common Foreign and Security Policy (CFSP) was considered the second pillar of the European Union, by the Treaty of Maasctrich in 1992. Over the years, there was a recorded development, either by signing of new treaties, or by the emergence of new dangers and threats.

This paper presents the historical background of the European Integration since the end of World War II until the signing of the last version of the treaty in Lisbon in 2007: the Treaty of Lisbon.

Portugal participated in the European Parliament (EP) elections for the first time in 1987. In 2009, the year of the last elections of the EP, Portugal elected 22 MEPs, representing 5 national parties.

In order to fit the positioning of current and former Portuguese MEPs, two theories of international relations were used: realism and multilateralism.

After analyzing the conducted interviews and comparing them with the characteristics of the two theories, it was concluded that the former and current MEPs of BE and PCP are closest to the realism and the current and former MEPs of PS, PSD and CDS-PP share more assumptions to multilateralism.

## Índice

Índice de Figuras .....	1
Índice de Quadros .....	2
Nomenclatura.....	3
1. Introdução.....	4
1.1. Objetivos .....	4
1.2. Estrutura da Dissertação.....	4
2. Contextualização histórica.....	6
2.1. Teorias da integração europeia.....	6
2.2. O início da integração europeia.....	8
2.3. O Tratado de Maastricht e a consagração da Política Externa de Segurança Comum.....	15
2.4. O Tratado de Lisboa e a PESC.....	18
3. Modelo teórico.....	20
3.1. Escolha das teorias .....	20
3.2. Definição de Realismo e principais crenças ideológicas .....	21
3.3. Definição de Multilateralismo.....	25
3.4. Argumentos defensores do Multilateralismo .....	26
3.5. Multilateralismo na UE .....	27
3.6. Os Estados e a guerra: abordagem realista.....	30
3.7. NATO: análise realista e multilateral.....	31
4. O Parlamento Europeu.....	34

4.1.	A estrutura partidária.....	34
4.2.	Os Membros do Parlamento Europeu (MPE) .....	37
4.3.	Os Membros do Parlamento Europeu portugueses .....	39
5.	Metodologia.....	42
5.1.	Questão de investigação e hipóteses .....	42
5.2.	A análise de conteúdo .....	43
5.3.	Entrevistas .....	44
5.3.1.	Vantagens e desvantagens do método .....	48
6.	Apresentação dos resultados e discussão de resultados.....	52
7.	Discussão dos resultados apresentados.....	66
8.	Conclusões.....	68
9.	Bibliografia.....	72
	Anexos.....	77



## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Posicionamento esquerda-direita dos grupos partidários.....	35
Figura 2 – Tipos de entrevistas.....	47

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Multilateralização da PESC.....	29
Quadro 2 – Grupos partidários no PE nas após as eleições de 2004. ....	36
Quadro 3 – Resultados eleitorais de Portugal de 1999-2009 para o PE. ....	39
Quadro 4 – Eleitores nas eleições para o PE. ....	40
Quadro 5 – Género dos deputados eleitos para o PE.....	41
Quadro 6 – Comparação entre o modelo teórico e as entrevistas.....	65
Quadro 7 – Validação das hipóteses.....	66

## **Nomenclatura**

**AUE**- Ato Único Europeu

**BE**- Bloco de Esquerda

**CECA**- Comunidade Económica do Carvão e do Aço

**CED**- Comunidade Europeia de Defesa

**CEE**- Comunidade Económica Europeia

**CEEA**- Comunidade Europeia de Energia Atómica

**CDS-PP**- Centro Democrático e Social- Partido Popular

**CPE**- Cooperação Política Europeia

**CRP**- Constituição da República Portuguesa

**EES**- Estratégia Europeia de Segurança

**EUA**- Estados Unidos da América

**MPE**- Membros do Parlamento Europeu

**NATO**- Organização do Tratado do Atlântico Norte

**ONU**- Organização das Nações Unidas

**PE**- Parlamento Europeu

**PESC**- Política Externa de Segurança Comum

**PCP**- Partido Comunista Português

**PS**- Partido Socialista

**PSD**- Partido Social Democrata

**RI**- Relações Internacionais

**TL**- Tratado de Lisboa

**TUE**- Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht)

**UE**- União Europeia

**UEO**- União Europeia Ocidental

**URSS**- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**VMQ**- Voto por Maioria Qualificada

## **1. Introdução**

### **1.1. Objetivos**

O principal objetivo da presente dissertação de Mestrado em Ciência Política consiste em perceber as perspetivas dos atuais e dos ex eurodeputados portugueses em relação à Política Externa de Segurança Comum (PESC). Essas perspetivas serão analisadas com base em duas teorias das relações internacionais: o Realismo e o Multilateralismo.

### **1.2. Estrutura da Dissertação**

Para o efeito, é fundamental conhecer-se bem o universo onde esta temática se insere e por isso mesmo a revisão da literatura incide sobre a PESC, assim como todos os passos que foram dados desde o início do processo de integração europeu até ao Tratado de Lisboa (TL) evidenciando os marcos mais importantes na matéria de segurança e defesa, que acabaram por contribuir para a formulação da PESC tal como hoje está consagrada no TL. É importante assim conhecer-se a história para se perceber o presente.

A contextualização histórica inicia-se com a apresentação de duas das teorias associadas à integração europeia: o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo, apresentando-se de seguida a história da integração europeia desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao Tratado de Lisboa. Como a investigação não é sobre o processo de integração em si, apenas se destacam os principais tratados e marcos que dizem respeito às questões de segurança e defesa europeia, passos esses que contribuíram para a necessidade da Europa criar a PESC e de se afirmar como um ator internacional importante. É claro que neste processo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) deu uma grande ajuda ao continente europeu e por isso mesmo é referenciado o surgimento da NATO e o papel que esta organização internacional teve na Europa, em especial a super potência Estados Unidos da América (EUA).

A segunda parte deste trabalho (§3.) é relativa ao modelo teórico no qual são definidas as teorias que servirão de apoio à análise das entrevistas efetuadas. Elabora-se uma definição de Realismo e Multilateralismo e apresenta-se as principais características

das duas teorias. No caso do Multilateralismo elabora-se uma contextualização da presença do mesmo na UE de uma forma mais geral, até se passar para a PESC, verificando-se as referências desta teoria nas ações conjuntas que foram tomadas desde 2003 até ao ano de 2009, quer em termos de base legal como de implementação. Neste capítulo apresenta-se também uma reflexão crítica do Realismo e do Multilateralismo em relação a NATO.

No quarto capítulo, é elaborada uma caracterização do Parlamento Europeu (PE), em termos de famílias ou grupos partidários e na evolução numérica dos Membros do Parlamento Europeu (MPE) ou designando de forma mais simples, os Eurodeputados. Nesta secção, é dedicado um ponto específico aos MPE, desde a sua eleição, função até ao problema da dupla representação, pois os deputados por vezes têm que lidar com o facto de pertencerem a um partido nacional e a um grupo europeu que em algumas situações podem entrar em desacordo, criando um dilema para os MEP's. Para terminar esta secção será apresentada uma breve abordagem aos MEP's Portugueses desde a primeira eleição para o PE até à última legislatura que começou em 2009.

Realizado o corpo teórico que sustenta toda a investigação, passa-se para o capítulo dedicado à metodologia (§5.) e à explicitação das hipóteses em estudo. Neste capítulo é apresentada a definição da questão de investigação, assim como as hipóteses que se pretendem testar para dar resposta à questão formulada. Este capítulo contém uma explicação da metodologia adotada, desde a definição de análise de conteúdo, até se chegar à definição de entrevistas, os diferentes tipos, vantagens e desvantagens do método adoptado.

Recolhida toda a informação teórica, passa-se para a apresentação dos resultados (§6.) obtidos pelas entrevistas e pelo recurso a documentos escritos, de modo a colmatar a falta de discurso direto do PSD. Neste capítulo, a descrição dos dados far-se-á em simultâneo com as características das teorias das Relações Internacionais adotadas. Apresentados os resultados, segue-se para o teste das hipóteses, onde as mesmas são caracterizadas por: confirma-se, no caso de a hipótese ser confirmada, ou inconclusiva na impossibilidade de se poder afirmar ou infirmar a mesma.

O último capítulo inclui as conclusões (§8.) finais a reter do trabalho de investigação realizado, assim como a resposta à questão de investigação.

## **2. Contextualização histórica**

### **2.1. Teorias da integração europeia**

O processo de integração europeu pode ser analisado através da utilização de várias teorias. Ao longo dos anos, vários teóricos debruçaram-se sobre o estudo dedutivo das relações entre os Estados. Desses estudos resultam diversos quadros teóricos que nos permitem analisar o percurso de evolução de um processo de integração como é o caso da União Europeia (UE) e das suas políticas públicas, como é o caso em estudo da Política Externa de Segurança Comum.

Neste capítulo, a abordagem apresentada irá centrar-se na perspetiva neofuncionalista e intergovernamental. Estas duas teorias, devido às suas características, permitem relacionar de uma forma mais clara o processo de integração europeia, dando ênfase à criação da PESC baseada nas teorias do Realismo e Multilateralismo.

A teoria neofuncionalista defende que os atores considerados não estatais, tais como “grupos de interesse, elites políticas e burocráticas” são fundamentais no processo de integração (Ramos, 2005, p. 332). Esta é uma teoria que destaca o papel dos “atores e as suas interações” neste tipo de processo (Lobo-Fernandes, 2006, p. 148). De acordo com esta teoria, o processo de integração desenrola-se com o chamado efeito “*spillover*”, onde uma ação cria uma situação em que para se atingir o objetivo inicial são necessárias mais ações, ou seja, para se atingir um determinado objetivo por vezes é necessário que se percorram etapas intermédias (McCormick, 2002, p. 15). Só que este efeito “cria uma situação tal que o objetivo inicial só pode ser assegurado se se tomarem medidas subsequentes e assim sucessivamente” (Ramos, 2005, p. 331).

Na história da integração europeia, a criação da Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA) é um exemplo deste efeito. O objetivo inicial era amenizar o perigo que poderia advir do rearmamento da Alemanha, e Jean Monnet e Robert Schuman iniciaram um processo de integração fundamentalmente económica, juntado assim as indústrias dos dois países, mas que levou “à integração política” (McCormick, 2002, p. 16).

Ernest Haas foi o promotor desta teoria, e para ele a integração é “um processo político, não meramente funcional ou tecnocrático”, contrapondo a visão dos funcionalistas (Dosenrode, 2010, p. 22). Esta teoria, no que toca à integração, dá assim destaque ao “processo”, assumindo que “o resultado de um processo de integração política é uma nova comunidade política, que se impõe às comunidades pré-existentes” tal como aconteceu na UE (Lobo-Fernandes, 2006, p. 149). Mas existem determinadas condições para que se inicie um processo de integração, tais como: “estruturas sociais plurais, desenvolvimento económico e industrial e [os intervenientes terem] padrões ideológicos comuns” (Dosenrode, 2010, p. 22).

McCormick indica que existem três tipos de “*spillover*”: funcional, técnico e político (2002, p. 17). O primeiro tipo refere-se ao facto de os Estados acabarem por se integrarem em todas as áreas ou sectores. O autor exemplifica que “se um Estado se integrar num sector económico, a dificuldade que pode advir da isolação de outros sectores leva a que este se integre em todos os sectores”. O segundo tipo tem a ver com regulamentos. O autor refere que os Estados “com diferentes padrões poderiam aumentar ou diminuir o seu nível de Estado com regulamentos mais ou menos estritos” (McCormick, 2002, p. 17). Por fim, o “*spillover*” político acontece quando os Estados que tenham sectores funcionais diferentes, se integrem, e com isso “os grupos de interesse tais como *lobbies* e sindicatos” tentam de alguma forma pressionar os governos dos próprios países para que estes exerçam influência junto do “novo executivo regional” para que este atenda aos seus interesses.

O intergovernamentalismo é outra das teorias que está muito associada à integração europeia. Esta teoria “procura explicar o fenómeno da integração a partir do paradigma estadocêntrico” (Ramos, 2005, p. 334) defendendo que os Estados devem cooperar entre si, tendo em conta sempre os seus “interesses nacionais”. Os Estados são, por isso, os principais atores no processo de integração (Lobo-Fernandes, 2006, p. 151). O intergovernamentalismo é a teoria que argumenta que “as instituições internacionais e os regimes” tendem a ser construídos e desenvolvidos através da “convergência dos interesses dos Estados-Nação” (Rosamond, 2002, p. 508). Esta teoria partilha valores com a teoria do Realismo, que é apresentada de forma mais extensa no ponto 3.2 do presente trabalho. Para os defensores do intergovernamentalismo, a “Comunidade”, como é a UE, é sinónimo de um “agrupamento de Estados” como refere Lobo-Fernandes (2006, p. 152). Em relação às

instituições internacionais, estas apenas têm o poder que os Estados estiverem dispostos a transferir, não sendo por isso instituições “supranacionais”, porque de facto os Estados continuam a ser os detentores da “autoridade máxima”. Esta transferência de poder ocorre somente quando os Estados deixam de ter capacidade de defenderem “os interesses e objetivos nacionais”.

Existem autores contudo que defendem que após o Ato Único Europeu, o processo de decisão na Comunidade Europeia passou a ser de carácter supranacional (Lobo-Fernandes, 2006, p. 153). Contudo, na fase que antecedeu à criação do Ato Único Europeu, aquando o processo de negociação, foi visível o carácter intergovernamentalista, tal como refere Rosamond (2002, p. 508), “a liberalização do mercado tornou-se dominante nas agendas políticas dos Estados mais poderosos (Alemanha Ocidental, França e Reino Unido) ”. O autor considera por isso que esta abertura do mercado foi mais uma “convergência de interesses nacionais” do que um passo dado da integração europeia apoiado pela referida Comissão. A PESC é outro exemplo da presença do carácter intergovernamental na atual UE, como se poderá constatar no ponto 2.3 do presente capítulo.

Os pontos seguintes descrevem o processo de integração europeu e o desenvolvimento da PESC.

## **2.2. O início da integração europeia**

A UE como atualmente existe é fruto de um processo de integração que já durava à 60 anos. Quais são os motivos para que os Estados optem por se integrarem com outros Estados?

De acordo com McCormick (2002, pp. 12-13) os Estados optam por se integrarem essencialmente por quatro motivos: pela “força” que juntos passam a ter, por “partilharem valores e terem objetivos comuns”, pelo facto de que juntos estão mais preparados para enfrentarem os perigos “externos”, ou simplesmente por concluírem que juntos a “promoção da paz e a melhoria da sua qualidade de vida” é mais eficaz do que se continuassem cada um por si. É o que conclui Couto (1992, p. 871) no que toca à segurança, pois o mesmo autor refere que após a Segunda Guerra Mundial, a Europa só



conseguiria fazer face às novas ameaças que surgissem protegendo-se desta forma os “territórios e populações”, se os diversos países participassem em ações conjuntas de “segurança coletiva”.

Sendo a integração um processo difícil, é necessário que os Estados reajustem algumas das suas instituições e políticas, Abel Couto (1992, p. 872) defende que o mesmo deve iniciar-se pela vertente da economia e cultura, pois o facto de as pessoas poderem mudar de Estado mistura-se as diferentes culturas, o espaço torna-se mais semelhante, homogéneo, onde reside a interculturalidade. Este aspeto vai conduzir a que se dilua o conceito de soberania que pode ser impeditivo da integração de outros setores, considerados mais delicados, como é o caso das forças militares. A integração militar é mais bem conseguida, se anteriormente for feita a integração económica. Contudo, não se pode ignorar a necessidade da integração política, pois, para se conseguir a integração militar é necessário que todos os membros participem nas tomadas de decisão, mas tão importante como decidir é cumprir com essas decisões: “sem integração política não há plena integração militar” (Couto, 1992, p. 872). E foi isto o que aconteceu na Europa (como se poderá verificar ao longo do presente capítulo).

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa devastada, perderam-se milhões de vidas humanas, houve cidades que ficaram reduzidas a escombros, faltaram alimentos para os sobreviventes. Setores importantes da economia como a agricultura e a indústria sofreram enormes prejuízos levando assim ao “aumento da inflação” como referem Cardoso et al. (2010, p. 24), mas outros problemas existiram. Em termos económicos e políticos surgiram duas “superpotências”: os EUA e União Soviética, o que originou algum “nervosismo na nova balança de distribuição de influência política no Mundo” (McCormick, 2002, p. 58). Estes problemas conjugados com a necessidade de reconstruir um território destruído geraram uma forte emigração de mão-de-obra, a consciência do poder que a União Soviética tinha e pela experiência de integração bem sucedida que ocorreu na criação dos EUA, levou a que neste período começasse a surgir a vontade de uma Europa Unida, ou seja, de se iniciar um processo de integração (Couto, 1992, p.872).

Entre os anos de 1942 e 1943, Winston Churchill defendeu a criação “dos Estados Unidos da Europa”, pois seria uma forma de amenizar as relações entre os países europeus. Estes “Estados Unidos da Europa” seriam compostos por um “Conselho da Europa e um

Alto Tribunal” e promoveriam a circulação de pessoas, a criação de um “exército comum” e a diminuição “de barreiras ao comércio”, sendo o Tribunal responsável por “adjudicar disputas” (McCormick, 2002, p. 63).

Com o fim da guerra, os líderes do continente Europeu encontraram um grande desafio, que foi o de “criar condições para evitar com que países europeus entrassem de novo em guerra” (McCormick, 2002, p. 63), afastando assim a possibilidade de um novo conflito numa Europa destruída.

Contudo, a 9 de Maio de 1950 foi dado o grande passo para a integração europeia. Esse primeiro passo foi dado por Robert Schuman, ministro dos negócios estrangeiros francês, que apresentou um plano, conhecido como o “Plano Schuman”. Este plano tinha como objetivo juntar a “indústria do carvão e do aço” da França e Alemanha afastando assim o perigo que poderia advir do “rearmamento alemão” (McCormick, 2002, p. 56). Este acontecimento pode ser enquadrado na perspetiva neo-funcionalista, tal como descrito no ponto anterior.

Um dos perigos do “desarmamento alemão”, como consequência da Segunda Grande Guerra, foi o facto de este deixar um “vazio de poder” no centro do continente europeu, o que levou a que os EUA propusessem um acordo com a Europa com o objetivo de se criar uma “estrutura operacional” da qual a Alemanha podia participar sob as orientações deste país (Bindi, 2010, p. 13). Como refere a autora esta proposta deu origem à criação da NATO, da qual fizeram parte além dos EUA, o Canadá e alguns países do continente Europeu.

O surgimento da NATO teve consequências para a história da integração europeia, em especial no que diz respeito às questões de segurança, além das relações que se estabeleceram entre a Europa e os EUA, tendo sido mesmo considerada “base do sistema defensivo da Europa Ocidental” (Cardoso et al., 2010, p. 28), pois quando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1949 adquiriu a bomba atómica, a Europa Ocidental necessitou dos EUA para garantir a sua segurança. Contudo, a França não estava inicialmente de acordo com a sugestão dos EUA, apresentando uma proposta alternativa, o “Plano *Pléven*” que pretendia a criação de um “exército europeu” que estaria sujeito aos comandos de um “ministro europeu de defesa” (Bindi, 2010, p. 13). Apesar disso o “Plano

*Schuman*” não foi colocado de parte devido à criação da NATO. Inicialmente este tinha como finalidade congregar a “indústria do carvão e do aço” da França e da Alemanha sob a orientação da mesma entidade, para que desta forma todos os assuntos relacionados com estas indústrias fossem solucionados em conjunto, evitando assim possíveis problemas no seio da Europa (McCormick, 2002, p. 56). Este plano acabou depois por ser alargado a mais países europeus e tinha como objetivos: “reconstruir economicamente a Europa pós guerra, prevenir o nacionalismo europeu que poderia levar outra vez à guerra e por último, garantir a segurança contra as ameaças que surgiram pós Guerra Fria” (McCormick, 2002, p. 56).

Em 1952, de modo a evitar futuros conflitos armados foi assinado o Tratado da criação da CECA (Brandão, 2010, p. 51). Couto (1992, p. 875) refere que este Tratado era baseado na ideia de que para se garantir a paz na Europa era fundamental garantir o entendimento “franco-alemão”, onde a França seria o principal detentor de poder restando à Alemanha uma parcela mais limitada de soberania. Tal como referido anteriormente, a França apresentou uma proposta diferente da que os EUA tinham para resolver o problema do “rearmamento alemão”. Esta pretendia a inclusão de todas as forças militares dos países envolvidos tais como as da Alemanha e os países da “Aliança do Atlântico Norte”. Todas estas forças seriam integradas no chamado “Exército Europeu” (Bindi, 2010, p. 14). Esta proposta não significava contudo que os Estados deixariam de ter as suas próprias forças armadas, pois cada Estado continuava a ter responsabilidades próprias nas missões da Organização das Nações Unidas (ONU) e as suas regiões ultramarinas (Couto, 1992, p.875). Esta proposta, depois de uma reunião inicial em Paris em 1951, culminou com a assinatura a 27 de Maio de 1952 do acordo que dava origem à Comunidade Europeia de Defesa (CED). Como acrescenta Bindi (2010, p.14) existem algumas diferenças entre as três propostas que surgiram na altura do pós Segunda Guerra Mundial, a CECA, o Plano *Pléven* e a CED. A CED, ao contrário das anteriores, implicava que os países participantes se integrassem económica e militarmente, o que significava uma certa padronização industrial (Bindi, 2010, p. 14).

Entre 1953 e 1954 como Bindi refere (2010, p. 14) a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda ratificaram o Tratado que instituíu a CED, embora a Itália tivesse optado por esperar pelo voto da França, para tomar uma decisão. A França não ratificou o

Tratado porque a sua população estava dividida em dois grupos: os que apoiavam a ratificação e os que a rejeitavam, o que levou a que o assunto fosse referendado em 1954, tendo sido chumbada a possibilidade da França ratificar o tratado, renunciando assim a uma perda de soberania neste domínio (Couto, 1992, p.875).

Bindi (2010, p.14) acrescenta que com o insucesso da CED e com o medo da Alemanha recuperar o seu armamento, a solução que na altura se apresentou foi a criação da União Europeia Ocidental (UEO) em 1954 para qual a Alemanha prometera não participar na “criação de armas nucleares”.

Esta situação do fracasso da CED, aliada ao fracasso do Plano *Fouchet* em 1961, abriu novas oportunidades para a NATO reforçar o poder que tinha na segurança europeia, nomeadamente nos assuntos relativos à sua política externa sendo por isso considerada “instituição-chave” na segurança dos países da Comunidade Económica Europeia como refere Smith M. (2003, p. 559). Nesta altura os EUA aconselharam os países membros da NATO que superassem o fracasso da CED. Esta proposta tinha um duplo objetivo que era por um lado reforçar a importância e identidade da Europa, e por outro “enquadrar o rearmamento alemão”. Para se atingirem estes objetivos, o plano procurava soluções que não diminuíssem a importância das “soberanias nacionais”, além de reforçar a “identidade militar” europeia e ao mesmo tempo reconhecia a importância e a ajuda da Alemanha (Couto, 1992, p.875).

A CED poderia ter sido bastante importante para a integração europeia, contudo apesar de não ter sido bem-sucedida, os líderes dos “Seis”- países que nessa altura integravam o projeto europeu sendo eles: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (Warleigh, 2004, p. 19) não baixaram esforços na construção de uma Europa unida. Em Março de 1955, estes países reuniram-se em Roma e assinaram dois Tratados importantes: um que criava a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEa) e outro a Comunidade Económica Europeia (CEE) tal como refere Smith K. (2003, p. 29). Os objetivos da CEE eram os seguintes: a criação de um “mercado comum”, onde se pudesse circular sem barreiras “bens, serviços, capital e trabalho”, “tarifas comuns de comércio externo”, a introdução do sistema de Voto por Maioria Qualificada (VMQ) para a tomada de decisões seria importante na medida em que viria a afetar todos os Estados-membros

(Bindi, 2010, pp. 14-15 e Smith, K. 2003, p.29). Este Tratado reconhece “personalidade jurídica” à CEE como refere Bindi (2010, p. 15).

Em 1969, o Presidente francês Georges Pompidou defendeu um plano, de seu nome *Triptique* que assentava em três ideias cruciais:

1. “Realização”- este plano previa a consolidação do “mercado comum”, em especial no que diz respeito à “política agrícola comum”;
2. “Aprofundamento”- da Comunidade europeia;
3. “Alargamento”- a novos países.

Na “Declaração da Cimeira de Haia”, consta que é necessário consolidar o “mercado comum”, pois só desta forma a Europa estaria apta para “assumir as responsabilidades no Mundo”. Em 1970, foi criada a Cooperação Política Europeia (CPE) que instituiu que as decisões fossem tomadas com base na “consulta” nos assuntos referentes à “política externa”, podendo os Estados apresentar algum assunto a “consulta política” (Bindi, 2010, p. 19). Os objetivos fulcrais da CPE pretendiam que existisse uma maior proximidade entre os Estados na tomada de decisão, propondo “consultas regulares, coordenação de posições nacionais e ações comuns” como refere Smith K. (2003, p. 30). Contudo, apesar de a CPE ter constituído um avanço no que diz respeito às questões de política externa, não “foi reconhecida como o quadro institucional adequado” em relação aos assuntos externos e de segurança. Coube à NATO e à UEO a responsabilidade sobre esses assuntos (Ferreira, 2005, p. 258). Contudo o projeto da CPE fracassou. Este teria um contributo importante para a segurança dos países que constituíam a CEE, pois deveria agilizar as opções e posições dos vários países no que diz respeito aos aspetos “económicos e políticos” associados à segurança, assim como, garantir recursos industriais e tecnológicos fundamentais para a garantir (Couto, 1992, p.879).

Uns anos mais tarde, depois da CEE se ter alargado a outros países nomeadamente Portugal, (que aderiu em 1986) os líderes europeus sentiram a necessidade de reformular tanto o funcionamento da CEE, como da CPE. O PE, no seguimento desta necessidade, em 1984 consagra uma proposta que detinha personalidade legal e que pretendia relacionar a “CPE e as relações externas” (Bindi, 2010, p. 24). Esta iniciativa previa que o Conselho

Europeu pudesse alargar a “política externa” a questões diretamente ligadas ao “comércio de armas e defesa”, como refere a autora. Este projeto consagrou-se no Ato Único Europeu (AUE) assinado em 1986. Este Tratado traduziu-se numa reforma aos princípios consagrados no tratado de Roma, além de mostrar fortes avanços no esforço de maior integração de países europeus, referenciando também que se devem estreitar relações de modo a se obter uma melhor colaboração nos assuntos relativos à segurança e defesa, pois são vetores essenciais para consolidar a “identidade europeia”, além de contribuir para o sucesso da “política externa comum” (Couto, 1992, p. 877).

Com o AUE, em termos de política externa esta política passa a ter um carácter “de cooperação intergovernamental”, no qual os países membros se devem “consultar e informar reciprocamente”. Esta imposição prevê que ao longo do tempo se definam objetivos comuns e “ações conjuntas”. Estas considerações têm como principal objetivo formar uma “identidade europeia” no que diz respeito aos “assuntos de política externa” (Bindi, 2010, p. 24). De acordo com Smith M. (2003, p. 564) o AUE surgiu num contexto de pouco “desenvolvimento institucional” em relação à política externa. Este desenvolvimento foi conseguido uns anos mais tarde com a assinatura do Tratado de Amesterdão

Na década de 1980, a Europa assistiu a outro acontecimento importante e que marcou a história da integração europeia: o fim da Guerra Fria e a reunificação da Alemanha.

No dia 9 de Novembro de 1989, o Muro de Berlim começou a ser destruído, acabando assim com a divisão da Alemanha. Este acontecimento fez com que os líderes europeus se reunissem em Estrasburgo, a fim de debater o futuro da Alemanha reunificada, acordando que este país ficasse dividido em quatro *Länder* que pertenceriam à CEE sem que existisse uma alteração dos seus tratados (Bindi, 2010, p. 26). Um ano depois, os mesmos integram a “República Federal da Alemanha”.

### **2.3. O Tratado de Maasricht e a consagração da Política Externa de Segurança Comum**

Em 1992, um novo tratado é assinado e é dado mais um passo na integração. Desta vez, os Estados-membros assinaram em Maastricht o Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia (TUE). O TUE promoveu a consagração da PESC, que veio ocupar o lugar da CPE (Bindi, 2010, p. 26).

Neste Tratado são contemplados “três pilares” que de acordo com McCormick, (2002, p.78) são:

- “Comunitário”;
- “Política Externa de Segurança Comum”;
- “Assuntos externos e justiça”.

A PESC é uma política de carácter “intergovernamental” (McCormick, 2002, p. 78); concede aos Estados a total soberania das suas decisões, ou seja “são os atores nucleares do sistema internacional e agem racionalmente na defesa e projecção dos seus interesses” (Camisão & Lobo-Fernandes, 2005, p. 38). É com base nesta teoria que as decisões da PESC são tomadas, tendo desta forma implicações em termos orçamentais. Daí que não se tenha estabelecido nenhum valor pecuniário obrigatório que os Estados devem despende, pois como refere Bindi (2010, p. 27) “cada estado membro deve pagar individualmente” ou nas palavras de Smith K. (2003, p. 38) “devem dividir os custos”.

Os objetivos da PESC consagrados no TUE são: a “salvaguarda de valores comuns, fortalecer a segurança dos seus membros, preservar a paz e a segurança internacional, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais”. No mesmo Tratado também está definida a forma como esses objetivos devem ser alcançados: através de “ações conjuntas” (Bindi, 2010, p. 27 e Smith M., 2003, p. 561). Estas ações representam “situações específicas onde seja necessária uma ação operacional” como referem Moita et al. (2007, p. 45). As disposições relativas ao segundo pilar devem estar de acordo com a “Carta das Nações Unidas, Ata de Helsínquia e da Carta de Paris”. Os Estados devem também atuar num sentido de cooperação entre si, de modo a conseguirem alcançar os objetivos fixados no Capítulo V do TUE, sendo por isso as suas ações controladas pelo

Conselho (Ferreira, 2005, pp. 258-259). O artigo 17º do TUE refere que a PESC abrange todas as áreas associadas à “segurança da União” e que realizará as “Missões Petersberg” (Ferreira, 2005, p. 60).

De acordo com o TUE, no artº. 24 do cap. V ponto 3, os Estados membros devem atuar sempre com “espírito de lealdade e de solidariedade mútua”, não podendo por isso tomar qualquer decisão que não se enquadre nos princípios pelos quais a União Europeia se rege (Bindi, 2010, p. 27). Os Estados no âmbito deste capítulo V devem adaptar as suas próprias legislações no que respeita à sua ação externa com o objetivo de as aproximar com os pressupostos fixados no Tratado, ou por outras palavras, este capítulo sugere uma “europeização” das políticas externas dos vários países (Charillon, 2001, p. 119). Ainda de acordo com este autor a “europeização” de certo modo implica que os diferentes Estados tenham em consideração aquando a formulação das suas políticas externas da “harmonização das suas prioridades, posições e ações”. Estas políticas têm que ter sempre em conta os objetivos fixados para a PESC. Neste Tratado também foi estabelecido que a União Europeia Ocidental deveria aproximar-se da PESC servindo assim de intermediário entre esta política e a NATO, como refere Bindi (2010, p. 27). Esta posição é defendida por Smith M. (2003, p. 561) que acrescenta que para além de estreitar relações entre a União Europeia Ocidental e a PESC, este tratado serviu para reforçar a importância desta política. A PESC veio assim quebrar os receios que a Europa tinha em se organizar e afirmar como agente fulcral na cena internacional, nas áreas de segurança e defesa (Bindi, 2010, p. 27).

O desenvolvimento do projeto europeu, foi-se cada vez tornando mais ‘apetecível’ aos olhos de outros países e por isso ao longo de todo este processo foram vários os alargamentos efetuados. Mas se por um lado um aumento do número de países pode ser positivo para a concretização do projeto europeu, por outro, levanta novos problemas aos líderes europeus que já estão inseridas no projeto, daí que as reformas aos tratados sejam necessárias e foi o que aconteceu ao Tratado de Maastricht. Como Bindi (2010, p. 34) refere, em 1994 realizou-se uma nova Conferência Intergovernamental onde se discutiu os parâmetros que se deviam reformular. O ministro espanhol na altura apresentou três objetivos fundamentais da reforma: “tornar a Europa mais importante aos olhos dos cidadãos”, “tornar a tomada de decisão da UE mais eficiente” e por último “dotar a UE de



grande responsabilidade e força nas relações externas”. Esta conferência deu origem a um novo tratado, o Tratado de Amesterdão, que foi assinado em 1997, entrando em vigor dois anos depois (Bindi, 2010, p. 34).

Com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão em 1999, houve a necessidade de criar o cargo de Alto Representante para a PESC, conhecido também por “Sr. PESC” (na altura essa função era desempenhada pelo espanhol Javier Solana (Moita et al., 2007, p. 46)). A criação deste cargo foi muito importante para a afirmação da PESC na UE, pois como Bindi (2010, p. 34) refere, este cargo deu “nome e cara à política externa”, além de se ter tornado no maior representante da UE no contexto internacional (Smith M., 2003, p. 562).

O Alto Representante para a PESC tinha como principal função colaborar no processo de “formulação, elaboração e execução” de decisões tomadas no âmbito desta política e do Conselho Europeu pois antes do TL o “Sr. PESC” acumulava também a função de “secretário-geral do Conselho” (Moita et al., 2007, p. 48). Outra inovação deste Tratado em relação à PESC foi a definição do seu orçamento no qual passa a ser fixado um valor/padrão que é independente dos gastos com “operações militares e defesa”. O Parlamento Europeu fica desta forma responsável pelo “controlo do financiamento” (Bindi, 2010, p. 35).

Uns anos mais tarde em 2003 foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança (EES). Esta estratégia reconhece que a Europa devia estar preparada para as grandes mudanças que o Mundo enfrentava, concluindo que o “mundo está cheio de perigos e oportunidades”. Por isso é necessário definir as áreas e os perigos que a UE devia estar apta a fazer frente, tais como o “terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça”, entre outros. Para uma melhor resposta a estas situações, em 2004 foi criada a “Agência Europeia de Defesa” uma agência especializada nestes assuntos (Bindi, 2010, p. 37).

Os ataques terroristas que os EUA sofreram em 2001 e o desenvolvimento de redes com o mesmo fim colocaram novos desafios à UE na luta contra o terrorismo. Como estratégia em 2004 foi aprovado o “Plano de Ação da União Europeia no Combate ao Terrorismo”. Nesse mesmo ano em Madrid e no ano seguinte em Londres ocorreram ataques terroristas (Bindi, 2010, p. 38). Depois deste plano e como refere a autora, a UE

desenvolveu parcerias com outros países, nomeadamente os EUA e a Rússia para o combate a esta ameaça global e que afeta a segurança e defesa do Mundo.

#### **2.4. O Tratado de Lisboa e a PESC**

O TL que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009 foi importante para a afirmação da UE enquanto ator internacional. Este Tratado juntou a Comunidade Europeia detentora de “personalidade jurídica” com a UE que tinha um “*status* internacional incerto” (Verola, 2010, p. 41). Este facto torna o TL num Tratado de grande importância para a história da integração europeia. Com este Tratado, a UE conseguiu resolver alguns problemas de ordem institucional com que se vinha deparado a dois níveis: quer em termos dos alargamentos, ou seja, a “nível interno”, pois existem vinte e sete países na União. Isto implica algumas adaptações institucionais que permitam garantir a viabilidade do projeto europeu cada vez com mais países com características diferentes. Quer a “nível externo”, capacitando-a de instrumentos que lhe permita de forma mais eficaz fazer face aos novos perigos e ameaças que se colocam ao “mundo globalizado” (Teixeira, 2010, p. 21). O foco da análise do TL na presente dissertação, diz respeito às inovações que este Tratado trouxe para a segurança europeia em especial para a PESC.

Uma inovação que é apresentada neste Tratado, foi a criação do “Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança” que tem sobre a sua égide a chefia dos assuntos relativos à política externa sendo ao mesmo tempo vice-presidente da Comissão Europeia (Paul, 2008, p. 16) substituindo o antigo “Alto Representante para a PESC”. A criação deste cargo também tem como objetivo melhorar a utilização dos recursos e instrumentos que a UE tem à disposição para o exercício da sua função como ator internacional. Estes recursos eram divididos entre os dois primeiros pilares definidos pelo Tratado de Maastricht, contribuindo desta forma para a melhoria das ações ao nível do desenvolvimento comunitário como militar (Teixeira, 2010, p. 24). Relativamente a esta inovação, Verola (2010, p. 41) refere que com o TL houve uma transformação das “políticas comunitárias”, ou seja, do primeiro pilar numa espécie de “segundo pilar da PESC”.

Em termos da nomeação do “Alto Representante” ela é efetuada pelo Conselho Europeu. Este processo está sujeito a “votação por maioria qualificada” com a aprovação do Presidente do Conselho Europeu (Verola, 2010, p. 44). Este órgão tem autoridade para poder demitir a Comissão e consequentemente o “Alto Representante” (Paul, 2008, p. 17).

### **3. Modelo teórico**

#### **3.1. Escolha das teorias**

Para compreender a perspetiva dos atuais e ex eurodeputados portugueses, em relação à PESC, optou-se por escolher duas teorias de relações internacionais: o Realismo, que tem valores comuns com a teoria intergovernamental e o Multilateralismo, que se pode aproximar da teoria neofuncional. Ambas as teorias valorizam o papel das instituições internacionais e os acordos que se estabelecem entre os países rumo à concretização de objetivos comuns.

A literatura existente divide o Realismo em duas ‘escolas’: o Realismo clássico e o Neorealismo. De acordo com Hyde-Price (2006, p. 219) o Neorealismo pode oferecer uma “alternativa teórica para [se] entender a PESC/PESD baseada na distribuição estrutural de poder”, sendo por isso uma teoria que pode ajudar a compreender melhor a PESC. Além disso, o Neorealismo pode contribuir para um “debate mais informado e equilibrado sobre o ator UE, em relação à política externa e de segurança”. Tendo em conta o carácter intergovernamental da PESC, além de todas as outras características subjacentes a esta política europeia, considerou-se interessante recorrer aos fundamentos desta teoria para clarificar a perspetiva dos atuais e ex eurodeputados em relação a alguns assuntos diretamente relacionados com a PESC.

Para contrapor o Realismo, escolheu-se outra teoria importante das relações internacionais; o Multilateralismo. A escolha desta segunda teoria tem que ver com o facto de ter princípios diferentes do Realismo e nesse sentido ser uma alternativa teórica capaz de explicar algumas perceções dos entrevistados. O Multilateralismo, enquanto quadro teórico, explica que os Estados estabelecem acordos entre si por forma a solucionarem problemas em comum. Esta teoria difere do Realismo, uma vez que as organizações internacionais se tornam agentes com maior poder dentro das relações internacionais, ao invés da atuação dos Estados *per si*.

### **3.2. Definição de Realismo e principais crenças ideológicas**

A Teoria do Realismo em Relações Internacionais doravante designada apenas por Realismo tem como principais fundadores Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Contudo, existem outros autores que se dedicaram ao Realismo como por exemplo John Mearsheimer, Stephen Walt. De acordo com Donnelly (2005, p. 32) existem dois tipos de realistas: aqueles que realçam “o poder, o interesse próprio e o conflito”, denominados de “realistas fortes”. O outro tipo de realistas são os que aceitam outras alternativas políticas para além das que o Realismo defende, tal como reconhecem como importantes alguns “elementos das relações internacionais” (que o Realismo não reconhece). O autor classifica estes últimos realistas como “fracos”.

O Realismo é uma das principais teorias das Relações Internacionais, também conhecida como a “*Realpolitik*” (Donnelly, 2005, p. 29). Na perspetiva de Walt o Realismo defende essencialmente que os Estados têm “propensão para o conflito” (Walt, 1998, p. 30) e centra-se na “distribuição de poder pelos Estados”(Snyder, 2004, p. 53). De acordo com Mello (1999, p. 158) esta teoria dedica-se ao estudo “das estruturas de poder e segurança”, assim como o sistema internacional tendo em conta a “sua ordem e estabilidade”. Por vezes os Estados recorrem à guerra para verem defendidos os seus interesses e isto acontece pela própria perspetiva que os realistas têm dos Estados: são detentores de vontades próprias e ao existirem “num ambiente anárquico onde a guerra é uma possibilidade real assim como a propensão para a subjugação e aniquilação” de outros Estados pode conduzir à resolução de problemas de formas menos pacíficas (Kirshner, 2010, p. 3).

Como sistema anárquico entende-se um sistema onde não existe “governo internacional” (Gilpin, 1986, p. 305), mas os Estados podem resolver os seus problemas e conflitos de forma amigável, tendo para isso que encontrar mecanismos que lhes permitam suprimir o poder e a força que uns têm em relação a outros, não sendo por isso uma teoria “amoral” (Snyder, 2004, p.35).

O Realismo parte do pressuposto que os Estados têm necessidade de se impor perante os outros, têm o “desejo inato de dominar outros, tal como os humanos” nas palavras de Walt (1998, p.31), fazendo referência a outros realistas como é o caso de

Morgenthau, considerados “realistas clássicos”. Esta visão do ser humano na linha de pensamento de Morgenthau implica que “os atores [fortes] têm vantagens sobre os Estados mais fracos” e que só com boa capacidade militar é que se pode evitar que sejam “explorados” (Brooks, 1997, p. 449). Isto faz com que estes Estados tenham “poderosos incentivos para agressão”.

Os realistas consideram que os humanos são “atores com instintos políticos que se organizam em grupos que são discriminatórios e tipicamente conflituosos” (Kirshner, 2010, p. 3). Perspetiva diferente é a dos chamados “neorealistas”, como é o caso de Waltz que se prende com o papel do “sistema internacional” ignorando por isso a “natureza humana” (C. Weber, 2005). Para este autor, é por causa do “sistema internacional ser anárquico” que os Estados sentem a necessidade de se impor, atuando por isso de forma autónoma para poderem subsistir dentro deste “sistema”. Contudo, existem outros autores que discordam com Waltz. Uma das posições defendidas é que o ser humano se sente “inseguro” por motivos “sociais” não estando relacionado com questões “naturais” ou do “sistema” (Booth, 2008, p. 512). A segurança é entendida como um “bem comum” pelos realistas e, se o sector privado não a fornece, deve ser o Estado a garantir esse bem. Nesse sentido deve existir a preocupação dos Estados em estarem preparados para os conflitos e conscientes dos efeitos adversos ou “derrotas” que possam surgir com a guerra (Kirshner, 2010, p. 3).

Outra diferença entre estes dois tipos de realistas está relacionada com os sistemas de poder e a estabilidade que se consegue com cada um deles. Walt refere que para Morgenthau a estabilidade consegue-se com um “mundo multipolar” e para Waltz esta consegue-se com um “mundo bipolar” (Walt, 1998, p. 31). Donnelly (2005, p. 39) refere que “os conflitos na periferia” não representam um grande problema num sistema bipolar. A presença de conflitos entre atores menos poderosos parece assim ter pouco impacto na estabilidade num sistema com a presença de duas grandes potências. A situação é oposta se o sistema for multipolar, pois neste caso como a balança de poder é partilhada entre um número maior de atores, os conflitos que ocorram entre potências menores podem provocar efeitos consideráveis no equilíbrio do sistema.

No caso da UE, os realistas consideram que foi fundamental a bipolaridade no final da Segunda Guerra Mundial para se ter dado início ao processo de integração, pois numa

Europa onde prevalecesse um sistema multipolar iria existir uma grande competição entre todas as grandes potências pelo “poder e riqueza” (Hyde-Price, 2006, p. 224).

De acordo com Waltz, quando o poder está concentrado em mais do que dois Estados, para garantirem a sua segurança, estes têm que fazer os seus próprios “esforços internos”, mas também ter em conta os acordos que são necessários fazer com outros Estados. Esses acordos não são fáceis de estabelecer (Waltz, 2000, pp. 5-6). A Europa beneficiou deste tipo de sistema, pois o facto de ser um sistema bipolar não elimina possibilidade de existir “conflito de interesses”, (Hyde-Price, 2006, p. 225) e por isso “não é expectável que usem a força para resolver os conflitos”, sendo por isso imperativo para a Europa num contexto pós-guerra.

Ao longo da história, a distribuição de poder não foi sempre igual. Até 1945 existiam no sistema internacional várias super-potências. Era por isso um sistema “multipolar”. No período da Guerra Fria existiam duas: os EUA e a União Soviética, vivia-se num sistema “bipolar”. Com o fim da Guerra Fria, os EUA tornaram-se na maior potência mundial, sendo por isso um sistema “unipolar” (Sørensen, 2009, p. 225). Ainda de acordo com o mesmo autor, o último tipo de sistema tem um problema, que para os neorealistas é fulcral, que diz respeito ao “poder de liderança”. Isto é um facto pois tendo por base os EUA como uma super potência, o seu poder impõe-se no “sistema internacional” fazendo com que não seja fácil que um só Estado ou um conjunto organizado de Estados consiga comprometer a “sobrevivência e autonomia” dos EUA. Nesta linha de pensamento, os neorealistas consideram que este tipo de sistema é “instável”, pois num sistema deste género, o Estado poderoso tem capacidade para tentar incutir noutros Estados a sua imagem, “os seus valores” ou pode fazer o inverso e adotar uma postura mais reservada dando mais importância à sua própria política interna (Sørensen, 2009, p. 225). Contudo e na perspectiva de teóricos neo-realistas, este tipo de sistema tende a não durar muito tempo, pois novas potências podem ser formadas para fazer frente à super potência já existente e desta forma mexer com a “balança de poder”, o que seria perigoso para os EUA como refere Sørensen (2009, p. 226). No entanto, para o Estado (ou Estados) seria mais vantajoso para a sua estabilidade e segurança, se formassem uma nova super potência pois em vez de estarem incluídos num sistema “unipolar”, passariam a fazer parte do sistema “multipolar”.

O Realismo enquanto teoria das relações internacionais baseia-se em várias crenças que explicam de certa forma o pensamento dos defensores e precursores desta teoria. Assim podem apontar-se quatro crenças principais (Hyde-Price, 2006, pp. 220-221):

- “Os sistemas internacionais são anárquicos”

Esta crença deriva do facto dos realistas não acreditarem no papel que os sistemas internacionais possam ter para garantir a segurança dos Estados, isto porque para estes existe “o domínio sem soberania” e por esse motivo os Estados devem garantir a sua própria “segurança e sobrevivência”. A maioria das guerras é fruto da “estrutura e dinâmicas do sistema internacional” e na ausência de soberania existe uma maior propensão para a resolução de problemas recorrendo “ao uso da força” (Brooks, 1997, p. 447);

- “Os Estados são os primeiros atores internacionais”

Os realistas consideram a existência de outros atores internacionais, contudo colocam os Estados no topo da importância em relação aos demais, em especial os “poderosos” que têm a capacidade de “estabelecer regras para os outros atores incluindo a UE”. Apesar desta não ter “soberania”, serve como promotor dos “interesses coletivos” dos países que a compõem;

- “Os Estados têm um funcionamento semelhante”

Esta crença é sustentada pelo facto de, para os realistas, os Estados além de terem “características institucionais” parecidas, serem socializados dentro do mesmo “sistema internacional” partilhando o pensamento de “competição e imitação” como refere o autor baseando-se em Waltz (1979). Estas características acabam por gerar Estados fortes com a mesma “capacidade militar ofensiva” tendo por isso as mesmas condições para, ao entrarem em conflito, se destruírem uns aos outros;

- “Os Estados são atores racionais e unitários”

Os defensores desta teoria acreditam que os Estados são atores independentes e que têm a capacidade racional de atuar prevendo os “custos e os benefícios” de todas as alternativas de ação que dispõem.



### **3.3. Definição de Multilateralismo**

Os primeiros registos de acordos baseados no Multilateralismo datam do séc. XVII, quando se debatiam questões ligadas à propriedade marítima, contudo, esta teoria desenvolveu-se no séc. XIX após a Revolução Industrial. Este século foi marcado por grandes transformações de várias ordens (sociais, económicas, industriais), que afetaram a organização dos Estados comprometendo assim a sua soberania. A opção de celebração de acordos multilaterais surgiu como forma de salvaguardar a sua soberania ao mesmo tempo que agilizava as trocas comerciais que se efetuavam entre diferentes Estados (Bouchard & Peterson, 2011, p. 12).

Durante os finais do séc. XIX e inícios do séc XX, surgiram importantes organizações internacionais resultantes de acordos multilaterais, como é o caso da Liga das Nações, que foi extinta em 1946, o surgimento das Nações Unidas em 1945 e a criação da NATO em 1949.

Uma das definições de Multilateralismo mais referenciadas na literatura é a que é proposta por John Ruggie, que indica que o Multilateralismo diz respeito a acordos que são estabelecidos entre vários Estados que se estabelecem princípios comuns (Ruggie, 1992, p. 568). Esses princípios determinam as ações que se devem tomar perante determinadas situações, sem ter em conta as opções ou interesses que os Estados que assinaram o acordo possam ter numa situação específica (Ruggie, 1992, p. 568-571). Desta forma, se perante um problema um Estado tiver interesses diferentes daqueles que estão estabelecidos no acordo, este atuará de acordo com as normas comuns evitando assim possíveis constrangimentos. Outra definição muito referenciada de Multilateralismo, apesar de ser alvo de críticas por parte de Ruggie, é a de Robert Keohane. Segundo este autor, este conceito significa a “prática de coordenação de políticas nacionais em grupos de três ou mais Estados” (Keohane, 1990, p. 731).

Ruggie criticou a definição apresentada por Keohane, pois para este não basta haver “coordenação de políticas nacionais”, pois existem outros tipos de arranjos organizacionais em que essa coordenação já é feita então é necessário haver também a partilha e a aceitação de valores e princípios comuns, que aliás consta na sua definição de Multilateralismo (Powell, 2003, p. 5).

Associado à definição de Multilateralismo de Ruggie, esta teoria é composta por três propriedades que a distingue das outras teorias das Relações Internacionais (RI). Assim sendo (Caporaso, 1992, pp. 601-602) as propriedades são: “indivisibilidade”, “princípios generalizados de conduta” e “reciprocidade difusa”. A primeira propriedade refere-se à forma como são distribuídos os recursos tendo em conta uma determinada ação, ou entre as partes que estabeleceram os acordos multilaterais. Esta distribuição pode ser geográfica e funcional. A segunda está relacionada com a forma como os Estados se devem relacionar uns com outros. Neste caso, privilegiam-se os princípios comuns mais do que as relações baseadas “nas preferências individuais”. Por fim, a “reciprocidade difusa” traduz-se na ideia de que os Estados pensam mais nos benefícios a longo prazo sobre vários assuntos, do que nos benefícios imediatos de uma determinada questão ou assunto. Tanto para Ruggie como para Caporaso, estas propriedades são tão importantes para os acordos multilaterais, como os próprios “princípios formais” resultantes dessa cooperação entre Estados (Powell, 2003, p. 6). Estas propriedades do Multilateralismo levam a que esta teoria seja facilmente adaptável e que os acordos estabelecidos perdurem no tempo (Pouliot, 2011, p. 19).

### **3.4. Argumentos defensores do Multilateralismo**

São muitas as teorias que explicam a forma como os atores políticos, sejam estes Estados ou personalidades políticas, interagem entre si. Em todas elas existem argumentos a favor da teoria e argumentos contra. No caso do Multilateralismo, Pouliot (2011, p. 20) identificou dois argumentos que justificam a importância do Multilateralismo como teoria das relações internacionais:

- O primeiro argumento refere que o Multilateralismo é importante porque “beneficia todo o tipo de atores”, mas nem todos são beneficiados da mesma forma. Se por um lado, os Estados considerados mais frágeis, pobres, negligenciados, ao associarem-se com Estados fortes podem ganhar a importância que não conseguiriam sem esta associação. Isto acontece porque a própria natureza do Multilateralismo ajuda a combater o poderio dos Estados poderosos sobre os mais frágeis. Por outro lado, os Estados fortes podem ser beneficiados durante as negociações com os outros Estados, devido ao seu

poder, fazendo com que as suas preferências possam mais facilmente ser aceites, prolongando no tempo a sua supremacia.

- Os assuntos alvo de acordos multilaterais atingem todas as áreas e todo o tipo de problemas mundiais. Como refere Pouliot, “desde o terrorismo, passando pelas alterações climáticas até as migrações de massas”. Estes tipos de problemas acabam por afetar as fronteiras dos próprios Estados, sejam elas territoriais ou políticas. A solução mais eficaz é a cooperação integrada de vários atores e em diferentes áreas, resultando assim acordos multilaterais.

O autor com a explicitação destes argumentos pró Multilateralismo, pretende mostrar que esta teoria é “uma ferramenta eficiente”, no sentido em que com o estabelecimento de acordos, todo o tipo de atores saem beneficiados, além de que o Multilateralismo pode conduzir à resolução de todo o tipo de problemas.

### **3.5. Multilateralismo na UE**

O Multilateralismo faz parte do contexto Europeu desde o início do seu processo de integração. Atendendo às definições de Ruggie e de Keohane, a criação da CECA é o resultado de um acordo entre mais de três países, em que se estabeleceram regras comuns relativas à indústria do carvão e do aço. Contudo, ao longo dos anos foi afetado por alguns problemas como a assinatura de novos tratados, assim como de outros acontecimentos históricos como a reunificação alemã.

Apesar de nas relações internacionais o Multilateralismo ser considerado o “patinho feio” (Bouchard & Peterson, 2011, p. 3), após o fim da Guerra Fria os teóricos voltaram a dar crédito ao Multilateralismo no que concerne o seu papel em organizações como as Nações Unidas e a UE. Contudo existem alguns teóricos como Robert Kagan que tem uma visão um pouco pessimista da de Pouliot [que a descreve como uma vantagem do Multilateralismo]. Para estes teóricos, a ideia de que o Multilateralismo é usado para os países mais desfavorecidos ganharem poder decisório em assuntos internacionais, faz com que esta teoria das RI seja considerada a “arma dos fracos” (Bouchard & Peterson, 2011, p.4) assumindo que “muitos dos Estados Europeus podem ser caracterizados como tal”. De acordo com Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, “o Multilateralismo é o

mecanismo certo para construir ordem e governança num Mundo multipolar e a União Europeia é o melhor lugar para fazer uma contribuição decisiva” (Barroso, 2010, p. 2), demonstrando-se assim indiferente a este debate de autores sobre o Multilateralismo. Isto porque Barroso considera que um Mundo onde predomina o poderio de alguns Estados, *hegemonic power* pode gerar problemas e conflitos, daí que desde o início da integração europeia se pretendeu desvanecer o poder que alguns Estados tinham quando comparados com outros. Têm sido desenvolvidos esforços para uma melhor “redistribuição de poder”.

Esta não é porém, a primeira referência oficial ao Multilateralismo no seio da UE. Foram vários os Tratados da UE que fizeram referência a organizações multilaterais, tais como o TUE que no artigo 21º refere que a União deve “promover soluções multilaterais para os problemas comuns” (Klein, Kustein, & Reiners, 2010, p. 3).

Tal como demonstrado ao longo do capítulo dois “Contextualização Histórica” da presente dissertação, a cooperação entre os Estados sempre foi uma preocupação dos dirigentes europeus ao longo da história da UE. Isso tem sido refletido nos sucessivos tratados, assim como nas ações que foram tomadas no seio da União. Esta preocupação de acordo com Klein, Kustein, & Reiners (2010, p.3) traduz a perspetiva europeia de que “a co-operação e o apoio às organizações multilaterais, contribui para a prosperidade das relações internacionais” mas o caminho nem sempre é fácil.

A PESC tem sido uma política que desde a sua criação tem sofrido com a inclusão de ideias multilaterais. Por um lado pretende-se que a UE se apresente a nível internacional como uma organização na qual os Estados partilhem uma visão comum dos problemas, que atuem de acordo com princípios comuns cooperando entre si e entre outras instituições internacionais. Por outro lado a PESC tem que lidar com o carácter intergovernamental caracterizador desta política e que faz com que os Estados tenham maior autonomia nas suas próprias decisões podendo desta forma dificultar a tomada de posições comuns entre os atuais vinte e sete Estados-membros (Klein, Kustein, & Reiners, 2010, p.17).

Outra dificuldade tem que ver com a criação do Alto Representante para a PESC pelo Tratado de Amesterdão em 1999, cargo esse reformulado pelo TL em 2007 passando a designar-se Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. O problema deste cargo, como argumentam Klein, Kustein, & Reiners (2010,

p.17), é o facto de ser um cargo supranacional. Contudo o detentor do mesmo tem poderes restritos. Desta forma, se o objetivo era “facilitar a coordenação entre as posições dos diferentes Estados”, tendo poderes limitados não é certo que consiga garantir a “coerência e eficácia da UE” assegurando a interdependência e soberania dos próprios Estados.

Apesar da PESC ser afetada pelas situações anteriormente descritas, o Multilateralismo continua a ter presença nas ações conjuntas dos Estados-Membros.

**Quadro 1 – Multilateralização da PESC.**

<b>Ano</b>	<b>Total de ações conjuntas</b>	<b>Com base legal multilateral</b>	<b>%</b>	<b>Com implementação multilateral</b>	<b>%</b>
<b>2003</b>	12	7	58%	6	50%
<b>2004</b>	13	8	62%	6	46%
<b>2005</b>	16	7	44%	6	38%
<b>2006</b>	10	8	80%	8	80%
<b>2007</b>	21	16	76%	13	62%
<b>2008</b>	28	21	75%	14	50%
<b>2009</b>	14	10	71%	7	50%

Fonte: Klein, Kustein, & Reiners (2010, p.19)

Como mostra o Quadro 1, maior parte das ações conjuntas entre os anos de 2003 e 2009, com interregno em 2005 contém referências de “base legal” ao Multilateralismo. De destacar o ano de 2006 que precedeu à assinatura do Tratado de Lisboa, em dez ações conjuntas, oito continham este tipo de referência. O segundo indicador utilizado pelos autores tem que ver a “implementação multilateral”. Também a este respeito é possível constatar que excetuando os anos de 2004 e 2005 onde a implementação foi inferior a 50%. Em todos os outros anos metade ou mais de metade das ações conjuntas foram implementadas com bases multilaterais.

Através da análise da Quadro 1, é possível concluir que a PESC é uma política europeia detentora de uma forte presença do Multilateralismo. Essa presença é refletida no número de ações conjuntas, cuja base legal e a sua implementação contém grandes referências multilaterais. É importante referir que estas ações não se aplicam apenas aos Estados-Membros da UE, podendo nalguns casos terem tido a colaboração de *stakeholders*, como salvaguardam os autores do estudo.

### **3.6. Os Estados e a guerra: abordagem realista**

Com a evolução do Mundo, foram ocorrendo grandes mudanças que afetaram a forma como os Estados convivem entre si. Estas mudanças podem ocorrer de várias formas, tais como em termos tecnológicos, o que provoca alterações na forma de “comunicação” entre os Estados, o anseio pelas conquistas que pode levar à “guerra”. É também uma forma de mudança o desenvolvimento de novos tipos de armamento como as “armas nucleares” que mudaram a forma como os Estados garantem a sua própria segurança interna, na perspetiva da teoria realista como clarifica Waltz (2000, p.5). Ainda de acordo com esta teoria, é condição endógena aos Estados estarem em “guerra” na visão de Kant apresentada por Waltz (2000, p.8).

Alguns autores adotaram uma linha de pensamento *Hobbesiana*, em que defendem que existem três condições que levam a que os homens entrem em conflito entre si. A primeira diz respeito à igualdade entre os homens, a segunda ao facto das relações que se estabelecem entre eles serem num contexto de anarquia e a última refere que os homens atuam na base da “competição, desconfiança e glória”. Ainda de acordo com este teórico, “quando atores iguais interagem em anarquia, motivados pela competição, desconfiança e glória a generalização do conflito violento pode ser prevista” (Donnelly, 2005, pp. 32-33).

Os neorealistas defendem que os Estados não são influenciados pela “probabilidade” de existir ou não conflito, como refere Brooks (1997, p. 448). Estes são “condicionados pela mera possibilidade” de existir conflito, por isso é que adotam sempre medidas a pensar no pior cenário. O mesmo autor revela que os Estados optam sempre pela pior perspetiva por três motivos:

1º. “Os custos da guerra”- Na perspectiva dos neorealistas, a “competição política é um negócio mais perigoso do que as relações económicas”, porque esta competição pode convergir em guerra, esta por vezes acaba por matar muitas pessoas (tanto militares como civis). Levado ao extremo, “a guerra pode destruir totalmente um estado”;

2º. Os Estados estão muito mais atentos a outros Estados que considerem propensos para o conflito, e retornando a ideia da possibilidade, “ela sempre existe” pois as intenções mudam muito rapidamente (num dia são boas e logo a seguir podem ser más);

3º. Os Estados estão mais atentos na “possibilidade do conflito” pois a única forma de se estar preparado para o conflito será a prevenção, a “única forma de garantir segurança contra a agressão”.

De acordo com Waltz (2000, p. 11) os cidadãos democratas independentemente de conhecerem ou não o funcionamento dos Estados não democráticos consideram-nos “maus” apenas pelo regime político que têm. Contudo terão os Estados legitimidade para intervirem na política interna de outros países mesmo que se considere digna a intervenção em termos de salvaguardar a paz? Esta resposta numa perspectiva de Kantiana é negativa, pois considera-se que, apesar de a intervenção poder trazer bons benefícios, “nenhum Estado pode intervir nas disposições internas de outros”. Essa intervenção pode por vezes causar consequências mais negativas do que as que seriam expectáveis (Waltz, 2000, p.13).

### **3.7. NATO: análise realista e multilateral**

Os realistas são um pouco céticos em relação ao funcionamento e utilidade das instituições internacionais. A NATO serve de exemplo para ilustrar este argumento. Como refere Waltz (2000, p.18) a mesma ainda continua a ter um grande impacto no cenário internacional apesar de já não existir o propósito que levou a sua criação. Isto significa que este tipo de organizações são “formadas e limitadas pelos Estados que as criam e que as sustentam”, logo são pouco “independentes”.

Em relação à sobrevivência da NATO e a sua expansão (mais países vão aderindo à Aliança) existem perspectivas diversas entre as duas teorias, se por um lado para os liberais a sobrevivência da Aliança é a prova da importância das Instituições Internacionais, para

os realistas, a NATO serve para que os EUA continuem a ter poder e influência na “política militar” da Europa (Waltz, 2000, p.20). Como refere Sørensen (2009, p. 226) a NATO não tem condições para sobreviver, nem que tenham argumentos sobre o aumento das “armas nucleares” porque este autor refere que isso não acontece. Para além disso, dentro do espaço europeu irão surgir grandes potências o que leva a que a “competição pelo poder” seja mais forte e disputada.

A perspetiva neorealista revela que com o fim da Guerra Fria, deixou de existir um perigo comum aos países que constituíam a Aliança e por isso os mesmos passam a competir entre si, formando novas potências. Mas hoje em dia, ainda não surgiu uma super potência que pretendesse fazer frente ao poder que os EUA têm. Este facto leva a que alguns neorealistas considerem que a competição no sistema internacional não seja contra os EUA em particular, mas sim, entre todas as grandes potências do mundo atual como é o caso dos “EUA, Rússia, Europa, China” entre outros (Sørensen, 2009, p. 226).

A NATO pode ser entendida pelos autores do Multilateralismo como uma organização híbrida, é uma organização multilateral, mas *sui generis*, pois se na sua conceção institucional, os EUA são o participante que detém o maior poder de decisão (logo, não se adapta aos critérios de multilateral), o seu fundamento estende-se de igual forma por todos os Estados que pertencem à organização. E relembrando um dos princípios do Multilateralismo defendidos por Ruggie: a indivisibilidade, para a NATO a segurança cumpre esse requisito, pois um “ataque a um é um ataque a todos” (S. Weber, 1992, p. 633).





## **4. O Parlamento Europeu**

### **4.1. A estrutura partidária**

O PE é um dos órgãos principais da União Europeia. Em termos de composição, este órgão é composto por “grupos políticos” e são estes grupos que participam na atividade “legislativa e tomada de decisão” como referem McElroy & Benoit (2007, p. 5). Estes grupos atuam no contexto transnacional da mesma maneira “que os partidos atuam nos parlamentos nacionais”. São estes grupos que de acordo com a quantidade de elementos que os compõem que determinam “os membros dos comités e de outros grupos-chave no processo de tomada de decisão parlamentar” de acordo com os autores. Os grupos políticos, tal como os partidos nacionais, dispõem de capacidade financeira própria para as suas despesas, capacidade esta concedida em termos de “orçamento parlamentar”.

Os elementos destes grupos, não são pessoas que são escolhidas “diretamente dos grupos partidários” mas sim, tal como nas eleições nacionais, os partidos elaboram uma lista de candidatos que depois concorrem num processo eleitoral. São por isso escolhidos pelos eleitores do país que representam (McElroy & Benoit, 2011, p.150; (S. Hix, Noury, & Roland, 2006, pp. 186-187)).

O PE é uma instituição que ao longo dos anos foi sofrendo mudanças a nível partidário com a criação e extinção de grupos partidários (G. McElroy & Benoit, 2011, p. 151). De acordo com Farrell, Hix & Scully (2010, p. 2) esta instituição foi a que sofreu maior número de mudanças se compararmos com todas as outras instituições que compõem a UE. Contudo tem-se verificado um aumento não só do número de grupos partidários como de MPE's. De acordo com os autores, inicialmente o PE era composto por 142 MPE's e em 2010 esse número é de 735 (McElroy & Benoit, 2011, p. 151).

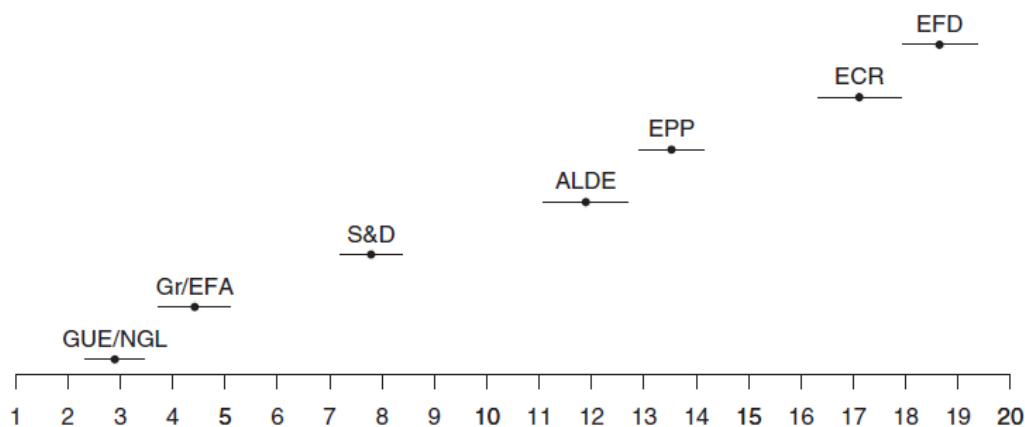
A partir de 2004, a composição do PE sofreu grandes mudanças quer na diversidade de grupos como na quantidade de MPE's. As causas destas mudanças são várias, sendo uma delas os alargamentos que se verificaram a partir desse ano, em que a UE passou de 15 Estados-membros para os atuais 27. Os alargamentos de 2004 e 2005 tiveram um forte impacto na composição do PE “aumentando substancialmente a diversidade nacional e partidária” (Farrell, Hix, & Scully, 2010, p. 2). Este aumento de Estados levou a um

aumento de 25% da composição do PE. Em 2010 existiam 735 MPE's oriundos de 27 Estados (McElroy & Benoit, 2011, p. 152).

Neste período também se regista um aumento dos MPE's Eurocéticos que segue a tendência dos próprios Estados, uma vez que em todos os Estados existe alguma fração partidária que seja mais Eurocética aquando as eleições para o PE. Outro fator que justifica as mudanças da composição do PE, tem que ver com “a volatilidade ao nível nacional” que se verificou nesse período e que levou “a mudanças do sistema partidário”, que fez com que alguns grupos partidários se extinguissem (McElroy & Benoit, 2011, p. 152).

Em termos ideológicos, os últimos alargamentos provocaram efeitos, “movendo a direção ideológica para a direita”, obtendo por isso um apoio maior por parte dos partidos mais integracionistas (Farrell, Hix, & Scully, 2010, p. 2). Estes alargamentos tornaram o PE uma instituição “heterogénea” no que diz respeito à nacionalidade dos seus membros.

A Figura 1 mostra a distribuição ideológica dos grupos partidários do PE na escala esquerda-direita (McElroy & Benoit, 2011, p. 156).



**Figura 1** – Posicionamento esquerda-direita dos grupos partidários.

Como se pode constatar pela análise da Quadro 2, existem alguns grupos partidários que se extinguíram, como é o caso do UEN, EDD, iD e ITS que em 2010 não tinham qualquer assento parlamentar. Outros surgiram como é o caso do EFD e o ECR que juntos em 2010 têm 84 MPE's. É notório desde 2004 que os dois grandes grupos se mantêm: o

EPP e o PES/S&D. Em termos de poder, os autores concluem que a última eleição não teve grande impacto “na balança geral de poder no PE”.

**Quadro 2** – Grupos partidários no PE nas após as eleições de 2004.

Grupo Europeu	Sigla	% de Assentos Parlamentares			Nº de assentos parlamentares
		2004	2007	2010	2010
<b>European People´s Party</b>	EPP	37.5	35.4	36.0	265
<b>Party of European Socialists/Socialists&amp; Democrats</b>	PES/SD	29.5	27.5	24.9	183
<b>Alliance of Liberals and Democrats for Europe</b>	ALDE	8.4	13.2	11.6	85
<b>European United Left/Nordic Green Left</b>	GUE/NGL	7.0	5.2	4.8	35
<b>Greens /European Free Alliance</b>	Verts/EFA	6.0	5.4	7.5	55
<b>Union for a Europe of the Nations</b>	UEN	3.8	5.6		
<b>Europe for Democracies and Diversities</b>	EDD	2.2			
<b>Independent/ Democracy group</b>	iD		3.1		
<b>Identity Tradition and Sovereignty group</b>	ITS		2.9		
<b>Europe for Freedom and Democracy group</b>	EFD			4.1	30
<b>European Conservatives and Reformists group</b>	ECR			7.3	54
<b>Non-affiliated</b>	NI	6.6	1.7	3.8	28
<b>Total</b>		100	100	100	735

Fonte: McElroy & Benoit (2011, p. 154)

#### **4.2. Os Membros do Parlamento Europeu (MPE)**

Os elementos dos grupos partidários, também chamados de “Membros do Parlamento Europeu” estão sujeitos a uma dualidade de representações. Por um lado, estes representam o grupo partidário presente no PE, contudo não deixam de representar também o seu partido nacional; estão sujeitos a “dois principais”: os partidos nacionais, “que controlam os candidatos nas eleições para o PE”. Por outro têm o grupo partidário europeu, que define “as posições de liderança, o tempo de discurso e a agenda legislativa” como refere Hix (2002, p. 688).

Hix, Noury, & Roland (2006, p. 496) referem que são os partidos nacionais que escolhem os grupos partidários dos seus deputados, assim como as posições que devem tomar nos comités e no Parlamento. Esta dualidade de representações afeta a “disciplina e coesão” dos grupos partidários como refere Hix (2001, p. 666), pois se por um lado os MPE’s, enquanto elementos de grupos partidários, têm a capacidade de influenciar a discussão e votação de políticas públicas do PE, por outro, como devem a sua presença nestes grupos aos seus partidos nacionais tendem a defender as posições dos seus partidos nos grupos em que estão inseridos, o que o autor define por “objetivos secundários”.

A defesa deste tipo de objetivos está patente em situações de conflito de posições entre o grupo partidário e o partido nacional e nestas situações os MPE’s optam por defender a posição do partido nacional como explica Hix (2008, p. 1256). Esta situação também é afetada pelo facto de existir competição entre os 27 Estados que estão representados no PE, “onde os partidos entram e saem em resposta às mudanças das condições nacionais”. Desta forma, os partidos nacionais afetam e muito a atuação dos grupos no PE (G. McElroy & Benoit, 2011, p. 151).

Como referem os autores, “os próprios partidos nacionais podem mudar a sua filiação”, o que interfere na composição dos próprios grupos europeus. Além disso, os próprios MPE’s à semelhança dos partidos também podem “mudar de filiação entre eleições”, podendo numa eleição ter um deputado num grupo e na eleição seguinte este pertencer a outro. Esta mudança pode ser causada, não só por fatores que digam respeito ao partido nacional a que pertencem mas também propiciada por desacordo com algumas posições que o seu grupo europeu tomou.

Então o que poderá explicar o comportamento dos MEP's aquando a tomada de decisão? De acordo com Hix (2002, pp. 690-691) existem três motivos: “preferências pessoais, disciplina do grupo europeu e disciplina do partido nacional”.

Os deputados apesar de estarem integrados quer num grupo europeu, quer num partido nacional mantém as suas próprias preferências ideológicas podendo discordar com o sentido de voto, tanto do seu grupo como do seu partido. Nesse caso a sua predisposição para votar de maneira diferente é maior, o inverso também se verifica, se as preferências do MEP se aproximarem da “média da posição do grupo europeu” a tendência será votar de acordo com o mesmo.

O segundo motivo diz respeito à “disciplina do grupo europeu”. O autor refere que enquanto grupo, este tem a capacidade de “aplicar sanções” ao membro que não respeitar o sentido de voto do grupo, daí para que essas situações não aconteçam é desejável que o MEP delibere no sentido que o líder do seu grupo definir, “independentemente da sua posição ideológica”. Desta forma se a posição ideológica do MEP for próxima da do grupo, é mais fácil evitar este tipo de problemas que afetam a coesão dentro do grupo.

O último fator explicativo tem que ver com as origens do MEP, ou seja, com o seu partido nacional. De certa forma este, já foi explicado ao longo do presente ponto, contudo para o autor é o aspeto mais relevante. São os partidos nacionais que “mais influenciam a reeleição” do MEP. São os eleitores que votam é certo, mas são os partidos que apresentam as listas de candidatos, e se o MEP não votar de acordo com as instruções do seu partido nacional pode comprometer o seu futuro dentro do partido. Já enquanto MEP's, os deputados têm “encontros com as delegações dos partidos nacionais”. Estes encontros têm duas finalidades: “eleger os membros da delegação e determinar as posições partidárias nacionais” que se devem tomar no PE. São estas delegações que em situações de conflito entre partidos nacionais e grupo europeu que definem que posição política o MEP deve tomar, o que faz com que o MEP vote de acordo com estas instruções.

#### 4.3. Os Membros do Parlamento Europeu portugueses

A primeira eleição que Portugal teve para o PE, data de 19 de Julho de 1987, onde o PPD/PSD foi o partido que elegeu o maior número de mandatos (10) resultantes dos 37,45% dos votos seguido do PS com 22,48% dos votos elegendo por isso 6 mandatos. Nesse ano foram eleitos 24 deputados portugueses. Contudo nem sempre teve o mesmo número de MPE's, e devido ao seu tamanho geográfico não é dos países da UE que mais MPE's elege. Desde 1999 que Portugal tem vindo a diminuir os seus representantes no PE, embora esta diminuição não seja significativa.

O Quadro 3 mostra de forma sucinta, os resultados eleitorais desde 1999 apresentando os resultados por partido nacional e respetivo grupo europeu.

**Quadro 3** – Resultados eleitorais de Portugal de 1999-2009 para o PE.

Partido	Mandatos	Grupo europeu	Mandatos	Grupo Europeu	Mandatos	Grupo Europeu
	1999		2004		2009	
<b>PS</b>	12	PSE	12	PSE	7	PES/SD
<b>PSD</b>	9	PPE-DE	9	PPE-DE	8	PPE
<b>CDU</b>	2	GUE-NGL	2	GUE-NGL	2	GUE-NGL
<b>CDS/PP</b>	2	UEN	<sup>a</sup>		2	PPE
<b>BE</b>			1	GUE-NGL	3	GUE-NGL
<b>Total</b>	25		24		22	

<sup>a</sup> No ano de 2004 o PPD/PSD coligou-se com o CDS/PP formando a “Força Portugal”.

Fonte: Europeu (2010) “Os Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu: Janeiro 1980-Julho 2009”

O Quadro 3 mostra que o PS em 1999 elegeu 12 deputados, resultantes dos 43,05% dos votos. Em 2004, o PS voltou a ser o partido mais votado e com 44,52% dos votos conseguiu eleger 12 deputados (Justiça, 2004). Comparando os dados das eleições em Portugal, com os resultados a nível europeu, (ver Quadro 2) é possível concluir que a nível nacional foi o partido mais votado e por isso que mais eurodeputados portugueses conseguiu. Situação diferente a nível europeu, onde o grupo na qual se insere o PS ficou

em segundo lugar com 29.5% dos assentos parlamentares, face aos 37,5% que o PPE conseguiu.

Os deputados depois de eleitos são distribuídos pelas várias comissões existentes no PE, como por exemplo comissão dos orçamentos e comissão dos assuntos externos.

Ao longo dos anos, o interesse dos portugueses em relação às eleições para o PE tem vindo a diminuir. Esta ideia é justificada pelo aumento da população ao longo dos anos, e pelo decréscimo da participação eleitoral, ou seja, os valores da população e da abstenção, têm sido cada vez maiores.

O Quadro 4 mostra a relação entre eleitores, votantes e abstenção desde as eleições de 1987 até 2009 das eleições para o PE (PORDATA, 2011).

**Quadro 4** – Eleitores nas eleições para o PE.

<b>Eleitores</b>				
	<b>Total</b>	<b>Votantes</b>	<b>Abstenção</b>	<b>% de abstenção</b>
<b>1987</b>	7813103	5637556	2175547	27,8
<b>1989</b>	8107694	4149067	3958627	48,8
<b>1994</b>	8575078	3045356	5529722	64,5
<b>1999</b>	8695600	3480948	5214652	60,0
<b>2004</b>	8812081	3407549	5404532	61,3
<b>2009</b>	9684714	3561502	6123212	63,2

Fonte: Eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu (PORDATA, 2011)

Os dados mostram, que desde 1989 a abstenção foi sempre superior a 50%, o que revela que os eleitores portugueses se mostram menos interessados em participar nas eleições europeias. O ano em que a abstenção foi menor, foi o ano de 1987, precisamente no ano seguinte à entrada de Portugal na CEE.

#### Caracterização Demográfica dos Eurodeputados

Em todas as eleições para o PE, foram eleitos homens e mulheres. Contudo a esmagadora maioria são homens. Nas eleições de 1987, dos 24 deputados eleitos, apenas uma mulher foi eleita pelo PS de seu nome Maria Pintasilgo. Ao longo dos anos o número



de mulheres eleitas tem aumentado, contudo ainda constituem uma minoria. O Quadro 5 revela o número de mulheres e de homens eleitos por partido desde 1999.

**Quadro 5** – Género dos deputados eleitos para o PE.

	1999			2004			2009		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
<b>BE</b>				1		1	2	1	3
<b>PCP</b>	1	1	2	1	1	2	1	1	2
<b>PS</b>	9	3	12	8	4	12	4	3	7
<b>PSD</b>	8	1	9	8	1	9	5	3	8
<b>CDS-PP</b>	2		2				2		2
<b>Total</b>			25			24			22

Fonte: Elaboração própria com dados recolhidos no livro “Os Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu” (Europeu, 2010, pp. 17-19)

As últimas eleições em 2009 foram as que maior número de deputadas teve, havendo uma ténue diferença entre o número de homens e mulheres quando analisados partido por partido.

Nas entrevistas realizadas para a obtenção dos dados empíricos, contabilizam-se depoimentos de cinco mulheres e de apenas dois homens.

## **5. Metodologia**

### **5.1. Questão de investigação e hipóteses**

A questão a que esta investigação pretende dar resposta e que serviu de ponto de partida para todo o trabalho é:

*Em relação à PESC, em que medida a dicotomia Multilateralismo/Realismo permite enquadrar o posicionamento dos atuais e ex eurodeputados portugueses?*

Contudo para se conseguir responder a esta questão, formularam-se três hipóteses, que derivam da abordagem teórica elaborada.

Assim, a primeira hipótese que se pretende testar é:

H 1- Os deputados que defendem maior soberania nacional estão no âmbito das relações internacionais mais próximos do Realismo.

Esta hipótese resulta do facto de que o Realismo defende que os Estados são soberanos e que não devem perder a sua soberania, ressalva a defesa dos interesses nacionais, logo estão menos dispostos a colaborar num projeto de integração. Esta teoria tal como consta no ponto 2.1 está muito próxima da teoria do Intergovernamentalismo, uma teoria que refere que os Estados devem atuar defendendo sempre os seus próprios interesses e que as Instituições Internacionais apenas tem o poder que os Estados estiverem dispostos a ceder.

A segunda hipótese formulada é:

H 2- Os deputados mais favoráveis à NATO serão mais desfavoráveis à criação das forças armadas europeias.

Um deputado, que seja mais favorável à NATO, considera que esta organização internacional poderá garantir de forma mais eficaz a sua própria segurança do que um possível entendimento dos Estados europeus sobre a criação das forças armadas europeias. A NATO é um parceiro internacional muito importante na política externa da UE, e que ao

longo dos tempos se assumiu também como um recurso viável para garantir a própria segurança Europeia.

Por outro lado, os deputados menos favoráveis à NATO tenderão a considerar esta organização como não tendo fundamento, pois o perigo que originou a sua criação já não existe, além de que o facto de ser uma organização de cariz militar, que por vezes usa a força armada para a resolução de problemas, colidindo com o princípio de estabelecimento de acordos para solucionar os problemas.

A última hipótese formulada é:

H 3- Os deputados mais próximos do Multilateralismo defenderão que a PESC nas suas ações deve promover os valores democráticos nos quais se sustenta o projeto de integração europeu.

Esta hipótese está diretamente ligada com o cumprimento dos valores democráticos que constam nos tratados fundadores da União, além de que com o estabelecimento de acordos, como foi explicado na definição de Multilateralismo, diminui-se o risco de um Estado se sobrepôr a outro evitando desta forma possíveis conflitos. Como se estabelecem acordos com todo o tipo de Estados (os considerados mais fortes e os mais desfavorecidos), dá-se a possibilidade de todos terem voz no processo de tomada de decisão, respeitando assim a individualidade de cada Estado.

## **5.2. A análise de conteúdo**

A investigação científica tem por objetivo responder ou clarificar uma dada situação ou problema, no fundo pretende dar resposta à questão de investigação. Tão importante como definir uma boa questão é a maneira como lhe é dada resposta.

Os métodos de recolha de análise de dados são uma fase fundamental para cumprir o objetivo da investigação. Nas ciências sociais, os dados utilizados podem existir antes da investigação, ou seja, são “dados preexistentes”(Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 202). Como referem os autores, existem dois fatores a ter em conta na recolha deste tipo de dados: “natureza da fonte e informações consideradas”. Na fonte pode-se obter dados através de “documentos manuscritos, impressos, oficiais, provenientes de um organismo” entre outros.

Neste tipo de recolha de dados é fundamental ter em atenção a “autenticidade sobre a exatidão das informações que contêm”. Depois de obtidos os dados, importa reconhecer a técnica de análise mais adequada à investigação que se pretende.

Existem várias técnicas de análise de informação. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005, p. 222) existem dois grandes tipos de técnicas: “análise estatística dos dados e análise de conteúdo”. Nesta investigação o método utilizado será a “análise de conteúdo”. Este tipo de análise é elaborada tendo por recursos “obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, atas de reuniões, declarações políticas (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 226). Vários autores definiram este tipo de análise; Beselson (1952 em (Ghiglione & Matalon, 2005, p. 177) definiu este tipo de análise como sendo um método para “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação”, Stone (1964 em Ghiglione & Matalon, 2005, p. 177) na sua definição enumera os elementos da análise categorial como explicada por Quivy & Campenhoudt (2005, p. 228) e que a seguir se desenvolve com mais detalhe.

Neste tipo de técnica existe a possibilidade de se elaborar três tipos de análise: “análises temáticas, formais e estruturais” (Quivy & Campenhoudt, 2005, pp. 228-229).

O primeiro tipo de análise tem que ver “com as representações sociais ou os juízos dos locutores”, que se pode averiguar tendo por base a verificação de determinados elementos do seu discurso.

Uma das vantagens que as ciências sociais têm em comparação com as ciências da natureza, tem que ver precisamente com a análise de conteúdo que pode ser feita, precisamente pela faculdade “de se interrogar os atores e utilizá-los enquanto recurso para a compreensão das realidades sociais” (Poupart, 2008, p. 215).

### **5.3. Entrevistas**

Na investigação que se está a desenvolver, a recolha de dados surge precisamente da realização de entrevistas a ex e a actuais europedutados portugueses.

As entrevistas permitem estabelecer uma ligação entre o entrevistado e o entrevistador, para uma melhor compreensão de uma dada realidade social, que nesta dissertação são as

perspectivas que este grupo de pessoas tem em relação à PESC, tendo por base a teoria do Realismo e Multilateralismo.

Mas o que efectivamente é uma entrevista?

Uma definição de entrevista, apresentada na literatura é “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguet, 1997, p. 86). Uma entrevista pode ser definida sempre que exista uma “interação entre duas ou mais pessoas”, sendo que essa interação surja com um determinado objectivo (Kumar, 2005, p. 123).

É desta interação que se recolhem os dados qualitativos, que depois clarificam uma determinada realidade social. Os dados que se podem obter são, percepções, opiniões, posições, crenças face a uma determinada realidade. Esta informação deve ser complementada com dados objectivos e esses obtêm-se com o recurso a documentos oficiais, estatísticas entre outro tipo de fontes (Boni & Quaresma, 2005, p. 72).

Existem três argumentos que justificam a necessidade de nas ciências sociais se usarem entrevistas como fonte de recolha de dados, como refere Poupart (2008 p.216-217)

O primeiro tem que ver com “a perspectiva dos actores sociais”. De acordo com este autor, para se perceber os comportamentos e atitudes dos indivíduos, é necessário compreender-se as suas próprias perspectivas e isso só pode ser feito recorrendo-se à realização de entrevistas aos mesmos. As entrevistas não são apenas uma técnica usada para se conhecer as “experiências dos outros”, mas também permitem explicar os seus comportamentos, ou nas próprias palavras do autor “, o sentido que os mesmos conferem às suas ações”. Isto porque não se pode analisar um comportamento por si só; “os comportamentos não falam por si mesmos” e os indivíduos que os praticaram são as melhores pessoas, a melhor fonte para explicarem as suas condutas.

O segundo argumento diz respeito à “denúncia dos preconceitos, práticas discriminatórias e as iniquidades”. A justificação dada para este argumento é que com a realização de entrevistas, abre-se caminho para se poderem denunciar situações constrangedoras que determinados grupos de pessoas sofrem, como é o exemplo “os preconceitos sociais, exclusão e iniquidades”. Os grupos mais vulneráveis a este tipo de

situações são os “homossexuais, consumidores de droga, minorias étnicas, sem-abrigo”, muitas vezes são conotados como tendo comportamentos incorrectos, “desviantes” e por isso as entrevistas podem servir para denunciar este tipo de situações.

O último argumento refere que a entrevista é justificada como sendo uma “ferramenta de informações sobre as entidades sociais”, que por vezes devido à limitação ou inexistência de documentos que permitam obter este tipo de informações, elas podem ser conseguidas entrevistando um elemento desse grupo ou organização. Esta pessoa além de poder falar sobre si mesmo, sobre as suas práticas enquanto integrante nesse grupo, acaba por ser representativo de todos os outros elementos do mesmo, ou se for caso disso, de uma parte específica dessa organização.

Justificada então a utilização de entrevistas como técnica de recolha de informação qualitativa nas ciências sociais, importa conhecer que tipo de entrevistas existem.

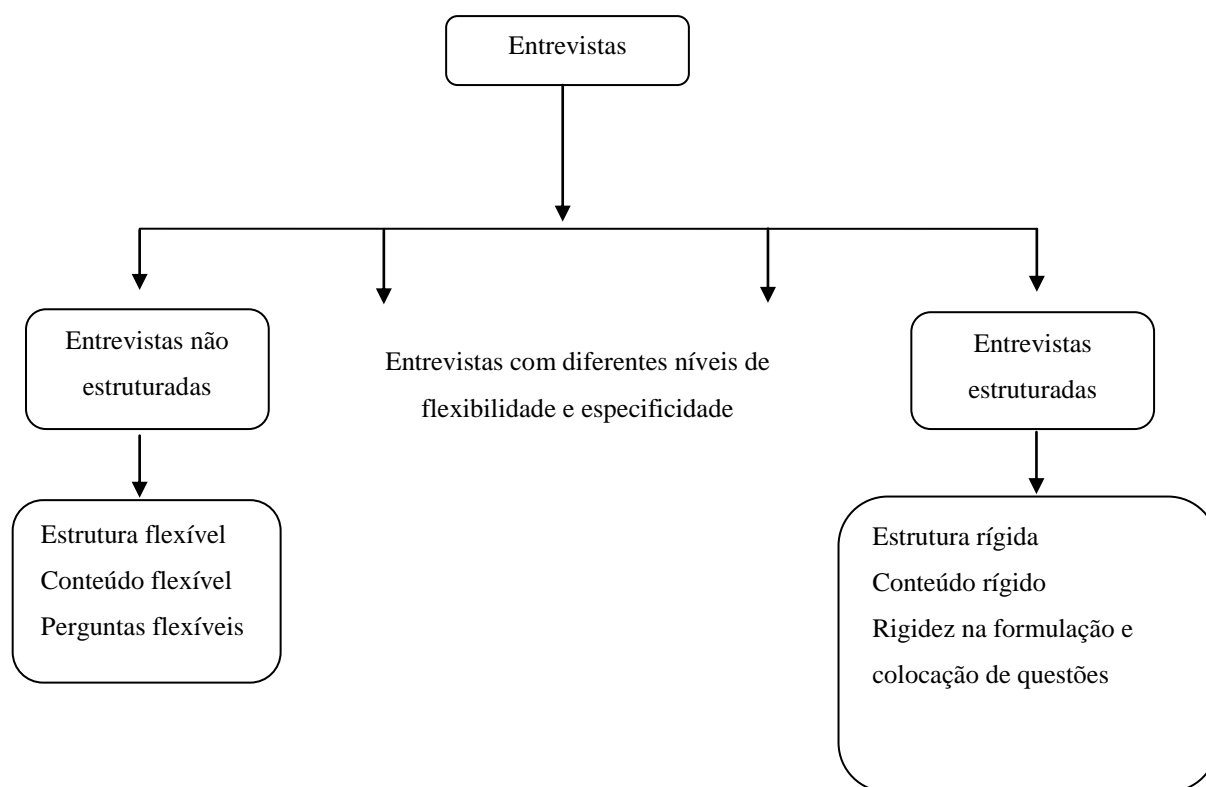
De acordo com Kumar (2005, p. 123) existem dois grandes tipos de entrevista: a estruturada e não estruturada.

A entrevista estruturada caracteriza-se pelo menor grau de liberdade do entrevistador em fazer as questões, ou seja, existem um conjunto de questões que foram previamente definidas e que o entrevistador tem que cumprir com a maior exactidão possível. Este tipo de entrevistas permite ao investigador definir um conjunto de questões que podem ser iguais para todos os seus entrevistados, obtendo por isso “informação uniforme”, que depois é mais facilmente analisada e comparada. Neste tipo de entrevista, é elaborado um guião como se de um questionário se tratasse, contudo ao contrário do questionário, nas entrevistas as questões são lidas e é o próprio entrevistador que regista as respostas dadas pelo entrevistado (Laville & Dionne, 1999, pp. 186-187). Este tipo de entrevistas, não necessitam obrigatoriamente que haja contacto físico entre os intervenientes, podendo a realização da mesma ser através de uma chamada telefónica. De acordo com estes autores, a grande vantagem das entrevistas estruturadas sobre os inquéritos é o facto de que no primeiro método, a possibilidade de rejeição em responder é menor comparativamente ao segundo, pois para o entrevistado é mais confortável expor as suas ideias oralmente do que através da escrita.

Por outro lado, nas entrevistas não estruturadas existe um maior grau de liberdade para o entrevistador. Neste tipo de entrevistas, não há a obrigatoriedade de se cumprir com um plano de questões previamente definidas, havendo liberdade para elaborar questões conforme for correndo a interação como refere Kumar (2005, p. 123).

Laville & Dionne (1999, p.187) referem que neste tipo de entrevistas o investigador pode conseguir o mesmo tipo de respostas, sem ser necessário um modelo tão rígido como o das entrevistas estruturadas, além de que o entrevistado por ter a liberdade de formular o seu próprio discurso, pode transmitir de forma mais clara as suas opiniões e vivências.

Na Figura 2 estão esquematizados os diferentes tipos de entrevistas (Kumar, 2005 p.123).



**Figura 2** – Tipos de entrevistas.

Tal como mostra a Figura 2, entre as entrevistas estruturadas e as não estruturadas podem existir outros tipos de entrevistas de acordo com o seu grau de liberdade e rigidez, contudo dependendo do tipo de informação que se pretende obter, ou do tipo de amostra

que se tem ambos os tipos têm vantagens e desvantagens comuns, como se poderá verificar no ponto 5.3.1.

Laville & Dionne (1999, p.187) acrescentam outro tipo de entrevistas, que pelas suas características se situam no centro da representação de Kumar (2005, p. 123) que são as “entrevistas mistas ou semi-estruturadas”. Este tipo de entrevistas caracterizam-se por conterem um plano de questões definidas previamente, contudo o entrevistador, pode alterar a ordem do plano, eliminar ou adicionar questões de acordo com o decorrer da entrevista. Outra das vantagens deste tipo é o facto de permitir ao entrevistador, colocar questões que lhe permitam aprofundar as respostas dos entrevistados como por exemplo: “Como? Porquê? Pode dar um exemplo?”.

Na presente investigação, foi este o modelo utilizado, pois apesar de possuir um plano de entrevista, existiu a liberdade por parte do investigador em adaptar tanto o discurso, como de acrescentar ou eliminar questões de acordo com o decorrer da entrevista e do próprio entrevistado. Nesse sentido, conseguiu-se obter o mesmo tipo de informações, contudo as questões não foram exactamente iguais para todos os participantes.

### **5.3.1. Vantagens e desvantagens do método**

Como em qualquer método de recolha de dados, sejam qualitativos ou quantitativos, a recolha de dados através de entrevistas também tem vantagens e desvantagens.

As principais vantagens das entrevistas, enumeradas por Kumar (2005, p. 131) são:

- “ A entrevista é mais apropriada para situações complexas”;

Este tipo de recolha permite que o entrevistado, antes do inicio da entrevista seja informado sobre o tipo de questões e assuntos que o entrevistador lhe irá fazer. Desta forma, o entrevistado tem a oportunidade para se preparar para responder a questões difíceis e sobre assuntos complicados.



- “É útil para recolher informação em profundidade”;

Quando uma investigação necessita que um determinado assunto seja abordado até à exaustão, as entrevistas são o melhor método para recolher informação com a profundidade desejada.

- “A informação pode ser completada”;

Numa entrevista, o investigador pode completar as respostas do entrevistado com informação visual por ele expressa como por exemplo gestos e olhares.

- “As questões podem ser explicadas”;

Por vezes nos outros tipos de recolha de análise como inquéritos, surge o perigo do respondente, não perceber as questões e na entrevista existe a possibilidade de reformular a questão de forma mais perceptível para o entrevistado.

- “A entrevista tem um campo de aplicação mais amplo”;

É possível realizar entrevistas a todo o tipo de pessoas, independentemente da sua idade, escolaridade, profissão, raça ou etnia, pois como complementam Boni & Quaresma (2005, p. 75) existem pessoas que tem dificuldade de se expressar por escrito, tanto por poderem não saber escrever, como por terem dificuldade em escrever o que sentem.

Os autores Boni & Quaresma (2005, p. 75) acrescentam que as entrevistas, em especial as não estruturadas ou com baixo grau de rigidez, permitem a obtenção de respostas espontâneas e por isso mais naturais. Este tipo de respostas pode oferecer ao entrevistador informação adicional importante.

Em relação às desvantagens das entrevistas, os autores realçam a questão monetária e temporal, que são requisitos importantes para este método. Fazer entrevistas requer tempo por ambas as partes e dinheiro para deslocações, que por vezes podem ser longas. Em relação a este ponto, Kumar (2005, p.131) refere que por vezes o entrevistado e o entrevistador não se localizam na mesma área geográfica o que implica deslocações

despendiosas e demoradas. Contudo, se as pessoas a quem queremos realizar entrevistas forem por exemplo médicos, ir a um hospital será a melhor forma de as realizar poupando assim tempo e dinheiro, pois encontramos as pessoas no seu próprio local de trabalho, além de que num mesmo sítio e com a mesma viagem se pode entrevistar mais do que uma pessoa.

De acordo com Kumar (2005, p.132), existem mais desvantagens do que as já enunciadas.

- “ A qualidade dos dados depende da qualidade da interação”;

Se a interação entre as duas partes não for boa, a informação recolhida também pode não ser de qualidade. O autor acrescenta que cada entrevista é um acontecimento único, o que pode levar a que no conjunto das entrevistas realizadas a qualidade da informação possa ser substancialmente diferente.

- “ A qualidade dos dados depende da qualidade do entrevistador”;

As aptidões do entrevistador para realizar entrevistas influencia a qualidade dos dados obtidos. Nesse sentido é importante que o investigador disponha de “experiência e competências” para as realizar.

- “ A qualidade dos dados pode variar quando são usados vários entrevistadores”;

A utilização de mais do que um entrevistador, pode potenciar os problemas resultantes da qualidade da interação e do entrevistador, tal como descritos anteriormente.

- “ O entrevistador pode introduzir os seus próprios preconceitos ou tendências”;

A este respeito, o autor diz que por vezes o entrevistador não se consegue abstrair dos seus preconceitos, tendências, ideias tanto na formulações de questões, como na sua análise.

Boni & Quaresma (2005, p. 76) referem que é essencial para o sucesso da entrevista, que o entrevistador consiga criar um ambiente tranquilo e que transmita confiança ao entrevistado minimizando assim alguns dos riscos anteriormente descritos. Se essa confiança não ocorrer pode surgir outro problema: a falta de informação relevante que o entrevistado não refere por medo da inconfidencialidade dos dados transmitidos.

## **6. Apresentação dos resultados e discussão de resultados**

Na recolha de dados, foram realizadas entrevistas a atuais e ex eurodeputados portugueses, da sexta e sétima legislatura (que ainda decorre), sendo entrevistados elementos de todos os partidos portugueses representados no PE (ver Anexo I, Quadro 1a).

A única exceção foi o Partido Social Democrata relativamente ao qual apesar das várias tentativas, não foi possível agendar nenhuma entrevista, então como forma de se obter informação relativa a este partido, recorreu-se à análise dos programas eleitorais para as europeias de 2004 e de 2009 e a discursos públicos sobre os temas avaliados de um atual eurodeputado.

A análise elaborada pretende verificar a presença de elementos caracterizadores das teorias no discurso dos entrevistados.

O guião que serviu de suporte às entrevistas continha dez questões que estavam relacionadas com as hipóteses que se pretendiam testar (ver Anexo II). Desta forma facilitou a organização da informação recolhida pelas duas teorias em estudo, ajudando a identificar que questões estavam relacionadas com o Realismo e com o Multilateralismo.

De seguida apresenta-se a análise das entrevistas, e para ficar mais clara a apresentação dos resultados, elaborou-se um quadro onde as linhas correspondem aos entrevistados por partido, e as colunas correspondem a características das duas teorias de suporte. Na apresentação dos resultados, optou-se por agrupar as respostas por partidos, tendo em conta o facto de não existirem diferenças significativas entre os ex e os atuais eurodeputados. Assim, é possível verificar em que características é que a amostra apresentou concordância de ambas as teorias. Consegue-se ter também uma visão global do espectro ideológico dos elementos dos vários partidos.

A apresentação do Quadro 6 também tem como objetivo resumir de uma forma clara a informação recolhida.

## **Realismo**

### **Os Estados atuam de forma autónoma**

Este é um dos pilares do Realismo, que defende a soberania dos Estados na escolha das suas opções e por isso devem atuar de acordo com os seus objetivos e interesses. Os realistas consideram que os Estados são atores unitários e racionais, tendo por isso plenas capacidades para atuarem de forma autónoma.

Os partidos cujo discurso mais se aproximou desta ideia foram o BE, PCP e CDS-PP que se mostraram mais céticos a um processo de integração mais intenso, ou seja, a integração a vários níveis.

A Eurodeputada do BE, Marisa Matias não rejeita por completo a integração europeia, deve-se é salvaguardar que os Estados “têm as suas relações privilegiadas” e por isso, apesar das parcerias serem boas entre os países da UE, em especial no atual contexto internacional, os Estados também precisam de “autonomia para desenvolverem as suas relações, sejam elas comerciais ou diplomáticas no quadro daquilo que lhes é mais favorável”.

Posição mais marcada é a da Inês Zuber, eurodeputada do PCP que refere que “nós [PCP] não estamos de acordo que Portugal perca a sua soberania”. Esta soberania aplica-se a todos os domínios, desde a segurança em que a eurodeputada afirma que “os Estados são soberanos ao nível da política externa” passando por questões ligadas à economia e finanças da qual resultou a moeda única. Sobre a participação de Portugal na moeda única, a eurodeputada refere que “foi profundamente negativo a nossa adesão ao euro”.

Esta é a posição defendida pela ex eurodeputada do PCP Ilda Figueiredo que considera que os Estados devem “manter os seus direitos e as suas competências”. No que diz respeito ao euro, Ilda Figueiredo considera que foi um avanço negativo da qual resultou perda de soberania financeira e económica para os países aderentes. A ex eurodeputada assume-se como anti federalista, defendendo que “cada país deve manter a sua própria política”.

Esta resposta menos integracionista é completada com o não apoio ao euro. A justificação para a desacreditação da moeda única é a perda de soberania financeira e económica que sofreram os países aderentes. Estas posições aproximam-se da perspectiva realista visto que a não integração faz com que os Estados atuem de forma autónoma.

É esta linha de pensamento que segue o ex eurodeputado do CDS-PP, José Ribeiro e Castro. O entrevistado quando questionado sobre se concordava ou não com o aumento de transferências internas dos Estados para a UE, respondeu “foi-se longe de mais [o aumento de transferências] e foi-se no sentido errado”.

Contudo e como aconteceu com a eurodeputada do BE, Marisa Matias, Ilda Figueiredo não descarta por completo a ideia dos Estados cooperarem entre si. Na sua opinião, a cooperação pode existir desde que não “resulte uma perda de possibilidades do próprio Estado em defender os seus interesses”, deve-se é procurar garantir a defesa das suas próprias políticas, independentemente da existência ou não de cooperação.

José Ribeiro e Castro também reconhece o papel da integração, à semelhança de Marisa Matias e de Ilda Figueiredo, desde que a UE respeite o facto de os “Estados-Membros manterem a sua personalidade jurídica na Ordem Internacional e consequentemente a sua própria política externa”. Estas afirmações corroboram com a visão que o Realismo tem dos Estados, pois são os principais atores no sistema internacional e atuam de forma autónoma defendendo os seus próprios interesses. Como afirma o entrevistado, “os Estados-Membros têm políticas externas muito próprias e muito ativas, com zonas de influência ou de conhecimento histórico muito marcado e isso não se pode apagar por decreto”.

Esta perspectiva de autonomia com cooperação pode ser enquadrada na perspectiva de Donnelly (2005, p. 32) quando se refere aos dois tipos de realistas, pois os chamados “realistas fracos” aceitam alguns elementos das relações internacionais que o “realistas fortes” não aceitam. E é o que as declarações da eurodeputada do BE mostram. Depois reforçou a ideia de que há partes que se podem delegar competências e outras não, porque há países que têm relações privilegiadas com outros países que mais nenhum Estado europeu tem da mesma intensidade, como é o caso de Portugal com outros países lusófonos.

Não obstante a aceitação da integração, os Estados continuam a atuar de forma autónoma devendo tomar as decisões que lhes forem mais vantajosas.

### **Os principais atores internacionais são os Estados**

Os Estados são os principais atores na cena internacional, além de que são independentes e têm a capacidade de tomarem as suas próprias decisões para salvaguardarem os seus interesses. Isto acontece porque são atores racionais. É o que defende o Realismo, como refere Hyde-Price (2006, pp. 220-221). De acordo com este autor, os Estados têm poder para se impor perante outros, incluindo blocos como a UE e os EUA. Além disso, são atores dotados de racionalidade, tendo por isso todas as condições para serem capazes de ponderar os riscos e cada tomada de decisão.

No caso em estudo, a política externa, a eurodeputada do PCP Inês refere que “os Estados são soberanos ao nível da política externa”. O mesmo se passa com outros sectores, como o económico e financeiro, onde considera que a integração à moeda única foi um erro, “foi profundamente negativo a nossa adesão ao euro”.

Estas posições são claramente próximas do que defende o Realismo, porque se está a defender menos integração, maior autonomia dos Estados, o que torna os Estados os principais atores do sistema internacional, assim como algum ceticismo em relação às organizações internacionais. Em relação a estas, a eurodeputada Inês é da opinião que se devem desfazer todos os blocos político - militares e a justificação que dá é baseada num artigo da Constituição da República Portuguesa (CRP), o artigo 7º e na qual o PCP se baseia muito que diz que se devem “dissolver todos os blocos militares”.

Quando questionada se os Estados devem ser os primeiros atores internacionais, ou se deveriam integrar as suas próprias políticas no âmbito de uma política comum, Ilda Figueiredo respondeu que “os Estados devem manter as suas próprias políticas independentemente de procurarem cooperações com outros Estados”.

José Ribeiro e Castro reconhece o papel da integração, desde que a UE respeite o facto de os “Estados-Membros manterem a sua personalidade jurídica na Ordem Internacional e consequentemente a sua própria política externa”. Desta forma, independentemente de poderem colaborar com outros atores internacionais, os Estados são

os principais atores internacionais, detentores de vontades, capacidades e características próprias.

### **Não faz sentido a existência da NATO**

A NATO é uma organização internacional que suscita opiniões diversas pelas duas teorias e deputados.

Para o Realismo esta organização não faz sentido, pois o pressuposto que levou à sua criação deixou de existir. Outro motivo que justifica esta posição tem que ver com o facto das organizações do género da NATO serem “formadas e limitadas pelos Estados que as criam e as sustentam” o que as torna dependentes das vontades dos seus criadores como refere Waltz (2000, p.18). E os realistas são acérrimos defensores de soberania e dependência.

Para a eurodeputada do BE em relação à NATO, a posição é essencialmente realista, ou seja, não faz sentido a sua existência. Além de ser um braço armado entre países, a “NATO não representa os interesses da UE”; sendo esta instituição, um projeto de integração baseado na defesa de valores pacíficos e democráticos e não “um projeto de guerra”, não existe a necessidade de se criar um exército europeu. A integração europeia deveria ser mais no âmbito social e económico e menos no militar. Assim sendo a NATO “não é o nosso braço” e por isso não se deveria reforçar o papel que esta organização tem na UE, de acordo com as ideias apresentadas pela eurodeputada. Esta afirmação surge quando questionada sobre o papel da NATO na segurança europeia. Além disso a única instituição internacional que tem legitimidade para intervir noutros países ainda que com muitas limitações são as Nações Unidas.

A resposta de Inês Zuber segue o mesmo sentido que o de Marisa Matias. Para justificar a recusa à existência da NATO volta a referir o artigo 7º da CRP. De acordo com a entrevistada, a NATO é vista como um bloco militar, “que na prática é a polícia do Mundo ao serviço sobretudo aos interesses dos EUA”. A única entidade supranacional com legitimidade para intervir é a Organização das Nações Unidas. Quando existe um problema internacional é na “ONU, no respeito pela Carta das Nações Unidas e no respeito pelo Direito Internacional” que se devem encontrar as respostas pacíficas para a resolução dos problemas.



A visão que Ilda Figueiredo tem da NATO é a mesma do que a eurodeputada em exercício de funções. Na sua opinião depois da aprovação do Novo Conceito Estratégico, em 2010 na Cimeira de Lisboa, a NATO tem “uma posição agressiva e nem sequer corresponde aquilo que era a NATO; e enquanto elemento do PCP, discorda dessa alteração. A mesma perspetiva foi apresentada quando questionada sobre o impacto dos Acordos Berlim Mais, à qual respondeu que o impacto era negativo e que tem “uma posição muito crítica de oposição a este caminho que a NATO está a desenvolver”. Para finalizar os comentários em relação a esta organização internacional falta referir que o artigo 7º da CRP está em causa pela aprovação do Novo Conceito Estratégico.

## **Multilateralismo**

### **Estabelecimento de acordos para a resolução de conflitos**

John Ruggie definiu Multilateralismo como sendo a prática estabelecimento de acordos entre vários Estados onde se determinam princípios comuns. E são esses princípios que vão influenciar as posições que os Estados devem tomar em determinadas situações (Ruggie, 1992, p.568-571).

Quando questionada sobre que tipo de instrumentos deve a UE usar para combater o problema da criminalidade organizada e do terrorismo em África, a resposta de Marisa Matias foi: “reciprocidade”. É uma ação baseada numa relação de igual para igual. Não se podem usar ações de força, nem a UE se pode assumir como a mais forte, “a dona do Mundo”. A forma de se resolverem os conflitos seria na base da negociação e da diplomacia, “há muito espaço para a negociação e diplomacia e deveria haver muito pouco para a guerra”. Esta forma de resolver problemas, assemelha-se ao que é defendido por Snyder (2004, p.35) quando refere que o Realismo não é uma teoria amoral, pois os Estados podem resolver os seus problemas sem recorrer ao conflito, tendo por isso que encontrarem mecanismos que lhes permitam diminuir o poder e a força que uns Estados têm em relação a outros. Esses mecanismos podem ser acordos de cooperação. As respostas da eurodeputada Marisa Matias, embora estejam mais próximas da perspetiva realista, no seu discurso encontraram-se elementos que são semelhantes aos do

Multilateralismo, como é o caso do estabelecimento de acordos e a defesa de valores democráticos.

O mesmo defende Inês Zuber, pois as respostas pacíficas, aos problemas podem surgir através da cooperação. É importante que “se estabeleçam relações de cooperação com esses países [africanos], mas relações de cooperação que também beneficiem esses países no seu desenvolvimento respeitando a sua soberania”.

Ilda Figueiredo considera como alternativa viável para a resolução de conflitos e problemas o estabelecimento de acordos com outros países, pois apesar dos Estados serem os principais atores internacionais, não é excluída a possibilidade de cooperação entre eles. O que não pode acontecer é que dessa cooperação resulte “uma perda de possibilidades do próprio Estado em defender os seus interesses”.

A eurodeputada do PS Ana Gomes, defensora de um elevado nível de integração como o federalismo, não desvaloriza o fato dos Estados terem as suas próprias políticas. Devem é encontrar “interesses e objetivos comuns com os outros Estados-Membros no quadro de uma política europeia”. Esta integração, na sua opinião é fundamental, porque “não é um único Estado sozinho que vai defender os seus interesses por via diplomática ou outra e por isso precisamos da UE”. Outro indicador da defesa de mais integração diz respeito à moeda única, em que a eurodeputada afirma que a evolução da integração europeia no sector monetário foi “um avanço globalmente positivo e politicamente muito importante no sentido federador da UE”. Estas perspetivas mostram sinais da partilha dos valores pelos quais o Multilateralismo se rege pois é defendido o estabelecimento de acordos para a defesa de problemas quer internos quer externos, há a partilha de valores comuns entre os Estados-Membros, assim como a defesa de valores democráticos.

À semelhança da atual, a ex eurodeputada do PS, Jamila Madeira também é favorável à transferência de competências internas dos Estados para a UE. Refere que essa transferência já está em curso com a criação da Alta Representante e dá o exemplo das Embaixadas para justificar a sua posição integracionista.

De acordo com a entrevistada, como aconteceu um processo de integração das políticas e da ação externa, os países que tinham Embaixadas noutros territórios, deixaram de representar apenas os seus cidadãos e passam a representar todos os cidadãos dos países

que constituem a União Europeia. Essa situação permite “gerar um peso político muito diferente no Mundo”, que certamente reforçou a força e importância da União Europeia.

Assim sendo, os Estados não devem atuar sozinhos; devem integrar as suas escolhas numa política comum que defenda os interesses de todos os países da UE, como refere Jamila Madeira: “Juntos venceremos. Aquela máxima que de unidos fazemos a força”. Foi esta a resposta dada à questão se os Estados Membros devem integrar as suas políticas externas numa política comum ou se devem atuar sozinhos.

O eurodeputado Mário David do PSD apresenta também a mesma posição integracionista e por aquilo que foi possível extrair do seu discurso, é favorável à integração dos diversos Estados rumo a uma maior união entre eles.

O Tratado de Lisboa inclui mudanças importantes de modo a poder afirmar a UE como um ator forte e importante na cena internacional, em especial no que diz respeito à sua política externa de segurança e defesa. Nas palavras do eurodeputado “Com o novo Tratado a UE ganha personalidade jurídica única, o que reforça o seu poder de negociação na cena internacional e lhe permite subscrever Tratados internacionais” (David, 2010).

Do lado do CDS-PP, através do ex eurodeputado José Ribeiro e Castro, também se extraíram depoimentos que se enquadram nesta característica do Multilateralismo.

Quando questionado que tipo de instrumentos deve a UE usar no combate ao terrorismo e criminalidade organizada em África, o ex eurodeputado José Ribeiro e Castro respondeu que se devem usar “sobretudo instrumentos diplomáticos”. Depois realçou o papel fundamental da “cooperação política e diplomática” entre os dois lados [UE e África], sendo esta outra característica desta teoria, o facto de se estabelecerem acordos leva-nos a concluir que se aplica na prática a definição de Multilateralismo.

### **Defesa de valores comuns**

Esta característica do Multilateralismo é ao mesmo tempo uma crítica que Ruggie fez à definição elaborada por Keohane. Para John Ruggie não basta haver a interligação entre as práticas dos vários Estados que estabeleceram o acordo, é necessário que os atores participantes “partilhem e aceitem valores e princípios comuns”. Na sua opinião, o que difere o Multilateralismo de outras teorias onde se estabelecem acordos é o facto de esta

teoria ser impregnada com “valores e princípios comuns” (Powell, 2003, p.5) entre todos os Estados participantes.

Ana Gomes a eurodeputada do PS, desde o início da entrevista assumiu-se como defensora do federalismo e por isso mesmo, quando se tentou perceber se apoiava ou não mais integração, a resposta foi clara: “sim”. Quando questionada sobre se concordava ou não com o aumento da transferência de competências dos Estados para a UE, a eurodeputada concordou, que “é a via mais democrática em que os Estados de dimensão média, como é o caso do nosso país poderão ter uma representação igualitária”. Além disso, neste tipo de regime, os Estados membros estão sujeitos a determinados princípios e condutas que são comuns a todos os eles. A justificação surge quando a eurodeputada refere que os Estados devem encontrar interesses e objetivos comuns com outros membros pertencentes ao regime federal.

Num regime deste género, os Estados abdicam de uma parte da sua soberania para uma entidade supra estatal, e o Alto Representante de certo modo já é essa entidade, no que diz respeito à política externa. Com a reformulação deste cargo através do Tratado de Lisboa, terá que haver “uma transferência de competências significativas e de meios para agir“. Por isso com essa reformulação, esse aumento de competências já está em curso, como refere Ana Gomes. Mas ainda há muito a fazer, e na sua opinião o trabalho que está a ser desenvolvido pela Alta Representante ainda continua a ter poucos efeitos na prática, pois “as competências ainda continuam com os Estados- Membros”. O trabalho que cabe à Alta Representante, apesar da sua dificuldade, é importante para a “afirmação da UE no Mundo”.

Mário David também destaca as inovações trazidas pelo TL, que se refletem numa partilha maior de valores comuns no seio da União. Estas inovações permitem fortalecer outras áreas importantes para a UE, como “o princípio da coesão económica, social e territorial, já que sem solidariedade a própria UE não faz sentido” (David, 2010). Estes valores também são enquadráveis do ponto de vista multilateral, tanto pela defesa de princípios comuns, como respeito pelos valores democráticos, pois o TL inclui uma cláusula em que os Estados podem deixar de querer pertencer à União, o que nas palavras do eurodeputado significa “maior transparência e democraticidade” do projeto de construção europeu (David, 2010).

Outro indicador de defesa de valores comuns pelo eurodeputado Mário David diz respeito à reformulação do cargo de Alto Representante que de acordo com o TL tornou-se de extrema importância. O seu trabalho, se devidamente articulado com o trabalho desenvolvido pelos outros Comissários, que são responsáveis por outras áreas como “política de vizinhança, ajuda humanitária” é crucial para se “conseguir coerência e eficácia na ação externa da União” (David, 2010). Mas para que isto seja devidamente concretizado na prática, o eurodeputado deseja que os responsáveis governamentais não coloquem entraves à ação dos Comissários e da Alta Representante. Não aceita argumentos que coloquem em causa a sua própria soberania e conclui afirmando que “enquanto Eurodeputados, não queremos um serviço que resulte apenas dos equilíbrios intergovernamentais, queremos sim um serviço da União” (David, 2010).

### **Defesa de valores democráticos**

Um dos argumentos defensores do Multilateralismo é o facto de esta teoria ser benéfica para todos os atores internacionais. Tanto beneficia os Estados considerados mais fortes como os mais desfavorecidos ou negligenciados. Os Estados mais poderosos beneficiam do Multilateralismo pois conseguem o apoio dos Estados mais frágeis, e por outro lado os mais frágeis ganham importância e reconhecimento no sistema internacional que de outra forma não conseguiriam sem a integração (Pouliot, 2011, p.20). Este argumento é simultaneamente um valor democrático, pois está subjacente o respeito, a igualdade, a resolução de problemas sem se recorrer à violência armada.

Marisa Matias revelou uma característica do Multilateralismo diretamente ligada à defesa dos valores democráticos. A entrevistada assumiu-se como uma “adepta fervorosa da democracia”. E acredita que se o Mundo fosse mais democrático, seria um Mundo no qual mais facilmente se poderiam evitar conflitos com o recurso a armas bélicas.

A opção por ações de cooperação para resolver conflitos, são soluções democráticas no sentido em que “a solução para o desenvolvimento dos países com o objetivo das pessoas terem direito a determinados bens, de certas condições de vida é um contributo indispensável para a democracia”, como referem as palavras de Inês Zuber; é a falta de bens essenciais que nos leva a conhecer o grau de desenvolvimento do país, que propicia a

criação de conflitos; mas tem que ser um desenvolvimento não exclusivo, pois, se “houvesse respeito pelos direitos sociais e económicos”, o caminho para a promoção da paz e da melhoria das condições de vida das pessoas seria mais fácil, o que levaria à diminuição das situações de conflito” como conclui a eurodeputada do PCP.

Ilda Figueiredo, à semelhança dos elementos de todos os partidos, também é democrata. E volta a referir o artigo 7º da CRP, quando se refere à democracia expondo que “o país deve lutar contra o colonialismo, contra o imperialismo e que deve ter uma linha de cooperação, de promoção de paz entre todos os povos”. Ainda em relação às democracias, a entrevistada refere que “se isso acontecesse [se só existissem democracias] em todo o lado é óbvio que não era preciso exércitos e é natural que poderíamos caminhar na construção da paz”.

Um dos motivos que levam Ana Gomes a ser defensora de regimes mais integradores como o federalismo, é porque na sua opinião este tipo de regimes são “mais democráticos”. O apoio à democracia foi depois reforçado quando foi questionada se concordava que se num Mundo onde só existissem democracias seria possível evitar conflitos armados, a eurodeputada do PS responde da seguinte maneira: “eu quererei viver sempre em democracia, nunca quererei viver numa ditadura mesmo que a ditadura me prometa a paz, a paz prometida pelas ditaduras são normalmente a paz dos cemitérios para muitos”.

Em relação à defesa dos valores democráticos, Jamila Madeira revela que a partir do momento em que o Mundo começou a evoluir os conflitos estiveram sempre presentes. A solução não tem necessariamente a ver com os regimes políticos, porque na história existem episódios de guerras com democracias. Contudo seria melhor “se só houvesse democracias”.

Tal como referido no ponto anterior, para o Eurodeputado Mário David, uma das inovações mais importantes do TL, é o facto de ter sido introduzida uma cláusula que permite aos Estados poderem de deixar de pertencer à União. Na sua opinião, esta cláusula significa “maior transparência e democraticidade” do projeto de construção europeu (David, 2010). Esta afirmação deixa claro que quanto mais democrático for o processo de construção e desenvolvimento europeu maior qualidade de vida haverá na UE. Além disso, este mostra o seu favoritismo em relação aos princípios pelos quais se rege a democracia.

Também José Ribeiro e Castro defende que apesar de existirem conflitos entre democracias, este continua a ser o regime mais pacífico e mais seguro. Além disso, este considera que a democracia “é um direito dos povos” e por isso é o regime preferível. Estas respostas surgiram quando foi questionado se num mundo onde só existissem democracias se poderia evitar o conflito armado.

### **A NATO resulta de um acordo multilateral, por isso a sua existência é positiva**

Um dos princípios fundamentais do Multilateralismo é a “indivisibilidade” e como argumenta Weber (1992, p.633) a NATO cumpre esse requisito, pois um “ataque a um é um ataque a todos”. Além disso, a NATO surgiu como uma solução para o problema que surgiu na Europa finda a Segunda Guerra Mundial: o rearmamento alemão e o perigo da União Soviética. Os EUA resolveram fazer um acordo com alguns países europeus no sentido de combater as ameaças surgidas com o fim da Guerra. Esse acordo deu origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte, mais conhecido como NATO.

Para Ana Gomes não se pode comparar a NATO com a UE, pois são instituições internacionais com objetivos diferentes, contudo a “NATO foi obviamente decisiva para manter a paz na Europa durante a Guerra Fria”. Porém a sua utilidade não se esgota no período da Guerra Fria. A NATO “tem hoje um papel importante na estruturação das capacidades de segurança e defesa de vários países da UE”, como mostram as palavras da eurodeputada. Para além disso, Ana Gomes considera que a NATO continua a ter um papel importante na segurança europeia e nesse sentido apoia ações que visem “reforçar as capacidades da área de segurança e defesa da UE”. Até porque essas ações além de melhorarem as capacidades dos Estados-Membros da UE, significam melhorar “o pilar Europeu da NATO”. Quando questionada sobre o impacto dos Acordos Berlim Mais, a resposta da Eurodeputada considera que os Acordos foram positivos “no sentido de mostrar que não há nenhuma contradição na utilização de meios dos Estados-Membros pertencentes à NATO e de maximização desses meios”.

Em relação à NATO, o eurodeputado Mário David é da opinião que a UE deve ter uma política de Defesa Comum e que seja complementar à NATO, deseja que esta não seja uma concorrente. E quando se referiu aos “Acordos Berlim Mais” que concedem a UE a faculdade de usar os recursos da NATO nas suas missões, o eurodeputado afirmou que

“[os Acordos] deverão ser revistos com a aplicação do desenvolvimento de um novo quadro funcional que proporcione uma cooperação mais ampla” (David, 2010) sempre que as missões coincidirem, justificando-se assim a complementaridade entre UE-NATO.

Para se compreender a importância que José Ribeiro e Castro dá à NATO, este foi questionado qual seria o papel que esta organização internacional deveria ter na segurança europeia e se considerava positivo ou negativo o impacto dos “Acordos Berlim Mais”; a resposta obtida foi positiva para ambas as questões, tendo o entrevistado concluído que a “NATO é uma peça essencial do sistema de defesa da Europa”. Para o ex Eurodeputado do CDS-PP a NATO “teve um papel fundamental na defesa da paz mundial. A NATO impediu muitas vezes uma Terceira Guerra Mundial, foi portanto uma aliança defensiva perfeita e manteve a paz sem disparar um tiro, o que é o maior hino que podemos fazer a uma aliança militar”.



**Quadro 6** – Comparação entre o modelo teórico e as entrevistas.

<b>Teorias</b>	<b>Realismo</b>				<b>Multilateralismo</b>			
<b>Características das teorias</b>	Os Estados atuam de forma autónoma	As Instituições Internacionais não têm fundamento	Os principais atores internacionais são os Estados	Não faz sentido a existência da NATO	Estabelecimento de acordos para resolução de conflitos	Partilha de valores comuns	Defesa de valores democráticos	NATO resulta de um acordo multilateral, por isso a sua existência é positiva
<b>B.E</b>	✓		Equilíbrio entre Estados e UE	✓	✓		✓	
<b>PCP</b>	✓	✓	✓	✓	✓		✓	
<b>PS</b>					✓	✓	✓	✓
<b>PSD</b>					✓	✓	✓	✓
<b>CDS</b>	✓		✓		✓		✓	✓

## 7. Discussão dos resultados apresentados

Após a apresentação dos resultados, é importante verificar se as hipóteses definidas para dar resposta à questão que serviu de ponto de partida para o presente trabalho de investigação se confirmam ou não.

Para uma melhor compreensão, elaborou-se um quadro de análise, que contém nas linhas as hipóteses e nas colunas os partidos cujo discurso de aproximou mais do enunciado das mesmas.

Assim sendo, a composição do quadro é a que se segue:

**Quadro 7** – Validação das hipóteses.

<b>Hipóteses</b>	<b>Partidos</b>	<b>Conclusão</b>
<b>H1</b> -Os deputados que defendem mais soberania nacional estão no âmbito das relações internacionais mais próximos do Realismo.	BE PCP	Confirma-se
<b>H2</b> -Os deputados mais favoráveis à NATO serão mais desfavoráveis à criação das forças armadas europeias.	PS PSD CDS	Confirma-se
<b>H3</b> -Os deputados mais próximos do Multilateralismo defenderão que a PESC nas suas ações deve promover os valores democráticos nos quais se sustenta o projeto de integração europeu.	Todos os Partidos	Inconclusiva

Em relação á H1, de facto os partidos mais à esquerda (BE e PCP), mostraram-se mais próximos do Realismo. De uma forma geral, as três entrevistas realizadas pautam-se por uma grande defesa dos interesses nacionais e rejeitam a perda de soberania em detrimento da defesa de valores comuns a todos os países que compõem a União. No que toca à sua ação externa, os Estados devem ser os primeiros atores internacionais, tendo por isso capacidade para resolverem os seus problemas assim como defenderem os seus interesses em qualquer situação.

A H2 é defendida pelos partidos de centro (PS e PSD) e pelo CDS, partido português ideologicamente mais à direita. A NATO é uma organização internacional com um papel fundamental na segurança europeia e por isso a sua ação protetora da UE não é dispensável, nem deve ser substituída pela criação de um exército europeu. Para estes

partidos os “Acordos Berlim Mais” são positivos para a UE e por outro lado quando questionados sobre a criação de um exército europeu, a sua resposta foi negativa. Isto não significa que a NATO ultrapasse ou substitua aos mecanismos próprios da UE para manter a sua segurança, significa é que é um parceiro fundamental nesse domínio, e cujas relações entre as duas organizações se devem basear pela complementaridade e não por concorrência ou sobreposição.

A última hipótese, H3 é a única que se pode classificar como inconclusiva. De facto, o Multilateralismo preconiza valores democráticos, em que os Estados se devem basear. São esses valores como cooperação, respeito, liberdade, igualdade que são os pilares da construção europeia, e a UE deve em qualquer ação impregná-la com estes valores. Os partidos que estão mais próximos do Multilateralismo são o PS, PSD e o CDS; contudo, o que torna a hipótese inconclusiva é o facto do PCP e do BE concordarem com estes princípios pois são ambos partidos que respeitam muito os valores democráticos. Desta forma, não se pode afirmar que são os deputados mais próximos do Multilateralismo que respeitam os valores democráticos. No caso de Portugal, tanto ex como atuais eurodeputados independentemente da cor política, são grandes defensores dos valores democráticos, sendo por isso valores consensuais.

## **8. Conclusões**

A presente investigação pretendeu aferir o posicionamento na dicotomia Realismo/Multilateralismo dos ex e atuais eurodeputados portugueses relativamente à PESC.

Para enquadramento da temática em estudo, foi necessário perceber-se a história da integração europeia e todos os avanços que foram dados até se chegar à União Europeia, na qual Portugal está integrado. Só desta forma se poderia perceber as origens da PESC, o seu funcionamento, o seu desenvolvimento com a assinatura de Tratados, a sua adaptação a novos perigos e ameaças; é importante conhecer-se o passado para se poder perceber o presente e possivelmente o futuro.

O surgimento da NATO é um acontecimento indissociável da história da integração europeia, no que diz respeito às questões de segurança e defesa. Dada esta realidade, a percepção que os ex e atuais eurodeputados portugueses têm desta organização ajuda a entender o seu posicionamento face à PESC.

As relações internacionais ajudam a perceber a forma como os Estados interagem entre si, resultando depois várias teorias explicativas das diferentes formas de interação. O Realismo e o Multilateralismo são duas dessas formas. O Realismo destaca a autonomia dos Estados e a defesa da sua soberania, ao invés do Multilateralismo, que reconhece o estabelecimento de acordos entre vários Estados para a resolução de problemas, tanto de políticas internas como externas.

A definição das teorias, a sua abordagem em relação à NATO, foi crucial para se perceber as diferentes posições dos partidos nacionais, através dos seus ex e atuais eurodeputados têm.

Como o que se pretendia era o posicionamento de eurodeputados, era necessário perceber-se a composição do Parlamento Europeu, o papel que os MEP's desempenham e os conflitos a que estão sujeitos e que afetam a sua forma de atuação. E não se poderia terminar o capítulo dedicado ao PE, sem fazer referência aos MEP's portugueses. Portugal tem cerca de vinte e cinco anos de atividade parlamentar europeia. O número de deputados eleitos, não tem sido constante e nem é em número elevado, apenas por uma questão de

representatividade geográfica; mas isso não compromete em nada o valor que Portugal tem no seio da UE, até porque os valores democráticos pelos quais se regem a União não permitem que um Estado seja desvalorizado em relação a outro apenas por questões de dimensão territorial.

Encerrados os capítulos teóricos, deu-se início a definição da questão de investigação, hipóteses e metodologia adotada. As entrevistas foram o método adotado para se obterem os dados que permitissem a análises das hipóteses e consequentemente dar resposta à questão de partida.

Das três hipóteses elaboradas, apenas uma se mostrou inconclusiva, facto que mostra que independentemente de todas as diferenças partidárias, ambos os partidos consideram que a Democracia é o melhor regime, ainda que com falhas. Os dados recolhidos permitiram também perceber, que o Multilateralismo é a teoria que está mais próxima da maioria dos ex e atuais eurodeputados portugueses.

O B.E é o partido nacional que na escala ideológica se encontra na posição mais à esquerda no conjunto dos cinco partidos com representação parlamentar, tanto a nível nacional como a nível europeu. Analisando as respostas obtidas pela entrevista à Eurodeputada do referido partido, pode-se concluir que os Estados devem atuar de acordo com as suas vontades, devem respeitar os seus interesses. Não descarta, a possibilidade de cooperação com outros Estados para a resolução de problemas. Assume-se como “europeísta”, mas não concorda com a perda de soberania que possa surgir pela pertença à UE. A NATO enquanto organização militar não deveria existir, pois na sua perspetiva, os conflitos resolvem-se na base do respeito, e de uma relação de igualdade e sem recurso a armas bélicas. À semelhança dos MEP’s dos restantes partidos, é defensora dos valores democráticos.

O PCP foi um dos dois partidos em que se conseguiu obter a colaboração de uma atual e de uma ex MEP. As respostas das duas entrevistadas não foram muito diferentes. Em termos de discurso, foi muito usado o pronome “nós”, pois a referência era maioritariamente em relação ao partido em detrimento das opiniões pessoais. Este detalhe do discurso pode significar que a disciplina partidária é algo importante no seio do PCP. Ambas as entrevistadas defendem a soberania dos Estados acima de tudo. Os Estados são

detentores de personalidade internacional própria, têm as suas próprias vontades e objetivos. Estes devem atuar sempre de acordo com os seus interesses. Ambas as militantes do PCP têm uma visão muito estadocêntrica, que é característica do Realismo; rejeitam por completo qualquer perda de soberania dos Estados. A NATO à semelhança da entrevistada do B.E, para o PCP também não faz sentido a sua existência e Portugal não deveria fazer parte da organização, pois segundo os seus discursos, esta pertença viola a CRP num artigo especialmente importante para o PCP: o artigo sétimo.

São ambas favoráveis à cooperação para a resolução pacífica e democrática de conflitos, mas uma cooperação de Estado para Estado. A única organização internacional em que a sua existência é aceitável para as entrevistadas do PCP é a ONU.

O PS foi o outro partido em que se conseguiu obter dois discursos. À semelhança do que aconteceu com o PCP, as respostas das duas entrevistadas foram coincidentes com os pontos em análise. Apesar disso, se no PCP as respostas foram mais a perspetiva do partido em vez das opiniões pessoais das entrevistadas, no caso do PS o discurso foi mais pessoal, falando-se em nome próprio. Tanto a ex como a atual eurodeputada defendem mais integração tanto a nível económico como político. Ambas as entrevistadas consideram a integração monetária, da qual resultou a moeda única, uma evolução positiva ressaltando que essa integração ainda contém falhas importantes. A atual eurodeputada assume-se mesmo como adepta do federalismo, defendendo assim um grau de integração mais intenso. A NATO é entendida como uma organização com um papel importante no Mundo e na segurança europeia. Mas esta importância não se deve sobrepor aos mecanismos próprios da EU, no que diz respeito à sua segurança interna e às missões integradas na própria política externa.

O PSD foi o único partido em que recorreu ao uso de fontes secundárias para se obter a perspetiva de um atual eurodeputado do partido. Pela análise da sua intervenção, conclui-se que o seu posicionamento se aproxima mais do Multilateralismo. Um dos motivos que justificam este posicionamento, é o facto do eurodeputado entender que se devem estabelecer acordos com outros países para a resolução de problemas. Na sua opinião, o TL veio reforçar a capacidade de afirmação da UE na cena internacional e com isso a sua capacidade de negociação com outros atores internacionais. Este militante social democrata é defensor dos valores democráticos e revela com a introdução da cláusula que

permite aos Estados deixarem de pertencer à União no TL, tornou mais democrático todo o processo de integração. Em relação à NATO, a sua posição face a UE deve ser de complementaridade e não de superioridade; a sua ação não se deve sobrepor às capacidades operacionais da UE.

A análise à entrevista do ex deputado do CDS-PP revela características que se podem enquadrar nas duas teorias em análise. Por um lado é defendido que os Estados devem atuar de forma autónoma, sendo por isso os principais atores internacionais; por outro José Ribeiro e Castro reconhece vantagens à integração europeia, desde que essa integração não inclua uma perda de “personalidade jurídica” no que diz respeito à sua soberania e política externa. A democracia é mais que um regime político; na opinião do ex eurodeputado esta máxima é um “direito dos povos”; por fim, em relação à NATO o ex eurodeputado considera a organização como um parceiro internacional muito importante da UE.

Após o desenvolvimento do corpo teórico, análise dos dados e realizado o teste das hipóteses, pode-se finalmente dar resposta à questão que deu origem ao trabalho de investigação apresentado. Desta forma:

*Em relação à PESC, em que medida a dicotomia Multilateralismo/Realismo permite enquadrar o posicionamento dos atuais e ex eurodeputados portugueses?*

A dicotomia Multilateralismo/Realismo permite enquadrar o posicionamento dos atuais e ex eurodeputados portugueses em relação à PESC, sendo que por um lado os atuais e ex eurodeputados pertencentes aos partidos situados mais à esquerda (B.E e PCP) se mostram menos integracionistas e mais próximos do Realismo. Por outro lado, os atuais e ex eurodeputados pertencentes aos partidos situados ao centro (PS e PSD) e o partido mais à direita CDS-PP mostram-se mais integracionistas e por isso mais próximos do Multilateralismo.

## **9. Bibliografia**

- Barroso, J. M. D. (2010). *The European Union and multilateral global governance*. Paper presented at the Conference at the European University Institute, Florence.  
Retrieved 16 Ago 2012  
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/10/322&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>
- Bindi, F. (2010). *The Foreign Policy of the European Union - Assessing Europe's Role in the World* Washington D.C: The Brookings Institution Press.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2, 68-80.
- Booth, K. (2008). Navigating the 'Absolute Novum': John H. Herz's Political Realism and Political Idealism. *International Relations*, 510-525.
- Bouchard, C., & Peterson, J. (2011). Conceptualising Multilateralism. Can We All Just Get Along? *MERCURY I*, 1-39.
- Brandão, A. P. (2010). O Tratado de Lisboa e a Security Actorness da UE. *Relações Internacionais*, 49-63.
- Brooks, S. G. (1997). Dueling Realisms. *International Organization* 445-447.
- Camisão, L., & Lobo-Fernandes, L. (2005). *Construir a Europa- O Processo de Integração entre a Teoria e a História*. Cascais: Principia.
- Caporaso, J. A. (1992). International relations theory and multilateralism: the search for foundations. *International Organization*, 46(03), 599-632.
- Cardoso, C., Ramos, C., Leite, I., Cardoso, J., & Maior, P. (2010). *A União Europeia- História, Instituições e Políticas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Charillon, F. (2001). O Significado da Segurança na Europa: A UE- da PESC ao Colapso da Política Externa. *Nação e Defesa*, 103-147.
- Couto, A. (1992). A integração europeia e a defesa nacional. *Análise Social*, 27, 871-888.
- David, M. (2010). *Implementação da Estratégia Europeia de Segurança e da Política Comum de Segurança e Defesa*. Paper presented at the I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, Centro de Congressos de Lisboa. Retrieved 20 Set 2012



<http://www.mariodavid.eu/seguranca-e-defesa/implementacao-da-estrategia-europeia-de-seguranca-e-da-politica-comum-de-seguranca-e-defesa>

- Donnelly, J. (2005). Realism. In J. T. In A. L.-S. Scott Burchill (Ed.), *Theories of International Relations* (pp. 29-54). New York: Palgrave Macmillan.
- Dosenrode, S. (2010). Federalism Theory and Neo-Functionalism: Elements for an analytical framework. *Perspectives on Federalism* 1-28.
- Europeu, G. e. (2010). *Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu: Janeiro 1986-Julho 2009*. Lisboa: Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.
- Farrell, D., Hix, S., & Scully, R. (2010). *National or European Parliamentarians? Evidence from a Survey of the Members of the European Parliament*. Paper presented at the Annual Conference of the American Political Science Association, Washington D. C.
- Ferreira, M. (2005). *A Política Externa Europeia- Uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2005). *O Inquérito- teoria e prática* Oeiras: Celta Editora.
- Gilpin, R. (1986). The Richness of the Tradition of Political Realism In R. O. Keohane (Ed.), *Neo-Realism and its Critics* New York Columbia University Press.
- Haguette, M. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (5º ed.). Petrópolis: Vozes.
- Hix, S. (2001). Legislative Behaviour and Party Competition in the European Parliament: An Application of Nominate to the EU. *Journal of Common Market Studies* 662-688.
- Hix, S. (2002). Parliamentary Behavior with two Principals: Preferences, Parties and Voting in the European Parliament. *American Journal of Political Science*, 688-698.
- Hix, S. (2008). Towards a partisan theory of EU politics *Journal of European Public Policy*, 1254-1265.
- Hix, S., Noury, A., & Roland, G. (2006). Dimensions of Politics in the European Parliament. *American Journal of Political Science* 494-511.
- Hyde-Price, A. (2006). 'Normative' power Europe: a realist critique. *Journal of European Public Policy* 217-234.
- Justiça, M. d. (2004). Eleições para o Parlamento Europeu Retrieved 17 Out 2012, 2012, from <http://www.eleicoes.mj.pt/europeias2004/IS/D23/index.html>

- Keohane, R. (1990). Multilateralism: an Agenda for Research. *International Journal*, 45, 731-764.
- Kirshner, J. (2010). Tragedy of offensive realism: Classical realism and the rise of China. *European Journal of International Relations*, 1-23.
- Klein, N., Kustein, T., & Reiners, W. (2010). Assessing EU Multilateral Action: Trade and Foreign and Security Policy Within a Legal and Living Framework. *MERCURY* 6, 1-33.
- Kumar, R. (2005). *Research Methodology : a step-by-step for beginners*. London: SAGE Publications Ltd.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora UFMG.
- Lobo-Fernandes, L. (2006). Da integração à Governação Europeia: Portugal, Europeização e o Carácter Multi-Sistémico da UE. *Nação e Defesa* 143-165.
- McCormick, J. (2002). *Understanding the European Union- A Concise Introduction* New York: Palgrave.
- McElroy, G., & Benoit, K. . (2007). Party Groups and Policy Positions in the European Parliament. *Party Politics*, 5-28.
- McElroy, G., & Benoit, K. (2011). Policy positioning in the European Parliament. *European Union Politics*, 13(1), 150-167. doi: 10.1177/1465116511416680
- Mello, V. (1999). Globalização, regionalismo e ordem internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42, 157-181.
- Moita, L., Galvão, P., Abreu, M., & Tomé, L. (2007). *Política Externa Europeia? Consequencias para Portugal*. Lisboa: EDIUAL.
- Paul, J. (2008). EU Foreign Policy after Lisbon: Will the New High Representative and the External Action Service Make a Difference? *Policy Analysis* 4-35.
- PORDATA. (2011). Eleitores nas eleições para o Parlamento Europeu: total, votantes e abstenção - Portugal Retrieved 17 Out 2012, 2012, from <http://www.pordata.pt/Portugal/Eleitores+nas+eleicoes+para+o+Parlamento+Europeu+total++votantes+e+abstencao-2197>
- Pouliot, V. (2011). Multilateralism as an End in Itself. *International Studies Perspectives*, 12, 18-26.

- Poupart, J. (2008). A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa: Esfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 215-253). Petrópolis: Editora Vozes.
- Powell, L. (2003). *In Defense of Multilateralism*. Paper presented at the Global Environmental Governance: the Post-Johannesburg Agenda, Yale Center for Environmental Law and Policy, New Haven
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* Lisboa: Gradiva.
- Ramos, C. (2005). Teorias da integração europeia: uma breve perspectiva. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 327-344.
- Rosamond, B. (2002). Politics and Governance above the Territorial State. In G. B. . Axford, R. Huggins, & B. Rosamond, (Ed.), *Politics- an introduction* London: Routledge.
- Ruggie, J. G. (1992). Multilateralism: the anatomy of an institution. *International Organization*, 561-598.
- Smith, K. (2003). *European Union Foreign Policy in a Changing World*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, M. (2003). The framing of european foreign and security policy:towards a post-modern policy framework? . *Journal of European Public Policy* 556-575.
- Snyder, J. (2004). One World, Rival Theories. *Foreign Policy* 145, 52-62.
- Sørensen, G. (2009). 'Big and Important Things' in IR: Structural Realism and the Neglect of Changes in Statehood. *International Relations* 223-239.
- Teixeira, N. S. (2010). A Defesa Europeia depois do Tratado de Lisboa. *Relações Internacionais* 21-29.
- Verola, N. (2010). The New EU Foreign Policy under the Treaty of Lisbon. In F. Bindi (Ed.), *The Foreign Policy of the European Union- Assessing Europe's Role in the World*. Washington, DC: The Brookings Institution.
- Walt, S. (1998). International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy* 110, 29-46.
- Waltz, K. (2000). Structural Realism after the Cold War. *International Security* 25, 5-41.
- Warleigh, A. (2004). *European Union- the basics*. Oxfordshire: Routledge.

- Weber, C. (2005). Realism- Is international anarchy the permissive cause of war?  
*International Relations Theory- A Critical Introduction* (2 ed.). New York:  
Routledge
- Weber, S. (1992). Shaping the Postwar Balance of Power: Multilateralism in NATO.  
*International Organization*, 46, 633-680.



## **Anexos**

### **Anexo I**

#### **Quadro 1a- Entrevistados**

<b>Partido</b>	<b><i>Nome</i></b>	<b><i>Data</i></b>
<b><i>BE</i></b>	Marisa Matias	4 de Junho de 2012
<b><i>PCP</i></b>	Inês Zuber	13 de Abril de 2012
<b><i>PCP</i></b>	Ilda Figueiredo	30 de Abril de 2012
<b><i>PS</i></b>	Ana Gomes	18 de Maio de 2012
<b><i>PS</i></b>	Jamila Madeira	26 de Abril de 2012
<b><i>PSD</i></b>	Mário David	Comunicação em Conferência
<b><i>CDS-PP</i></b>	José Ribeiro e Castro	29 e 30 de Junho de 2012

**Anexo II- Guião das entrevistas**

**Perguntas para a dissertação de mestrado em Ciência Política de Tânia Faria na  
Universidade de Aveiro**

Exmo (a) Eurodeputado (a)

Era com um enorme agrado que gostaria de saber a sua opinião em relação às questões que a seguir lhe apresento, certa do seu valioso contributo para a minha dissertação de mestrado.

1. Acha que é importante haver um aumento da transferência de competências internas dos Estados para a UE em relação aos assuntos externos?
2. Acha que a integração monetária foi globalmente uma evolução favorável ou desfavorável?
3. Especificamente no caso da política de defesa, concorda com a alocação de mais recursos humanos, financeiros e materiais ao serviço das missões da EU?
4. Considera que em termos de relações externas os Estados devem continuar a ser os primeiros atores internacionais, ou devem integrar as suas próprias políticas numa política comum sob a égide do Alto Representante?
5. Como avalia o papel da NATO na política de defesa europeia?
6. Como avalia o impacto dos “Acordos Berlim Mais” que concedem á UE a faculdade de utilizar os recursos da NATO nas suas missões?
7. Acha que é importante que se deem passos na criação de Forças Armadas Europeias?
8. Na sua opinião, considera que um Mundo onde só existissem democracias, seria um Mundo onde se poderiam evitar conflitos armados?
9. Que tipo de motivos poderão justificar a intervenção da UE noutros países, que não pertençam a União?
10. De acordo com o último relatório sobre a PESC, uma das áreas principais prioridades geográficas da PESC é África em especial no que toca ao combate ao terrorismo e criminalidade organizada transnacional. Que tipo de instrumentos deve a UE prioritariamente usar no combate a estes problemas?

Muito obrigada pela sua preciosa colaboração!